

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição
da Quarta Internacional (CORQI)

PALESTINA

“Do Mediterrâneo ao
Jordão, Um Só Povo!”



Haifa, 18 de Maio de 2021, dia de greve geral

Europa

O Difícil Regresso
dos Critérios de
Maastricht

México

Contradições de um
Governo
Bonapartista

Há Oitenta Anos

Hitler Ataca a União
Soviética



Índice

NOTAS EDITORIAIS

página 3

Anexos

- Declaração do CORQI de 14 de Maio de 2021: Fim ao Massacre do Povo Palestiniano!
 - Excertos de relatório ao Colectivo de Animação do CORQI em 20 de Maio de 2021
-

EUROPA: O Difícil Regresso dos Critérios de Maastricht

por Gaston Blanchard, Pierre Cise et Daniel Gluckstein

página 9

MÉXICO: Contradições de um Governo Bonapartista e as Tarefas da LCI

pela Direcção Nacional da Liga Comunista Internacionalista (LCI-CORQI)

página 20

HISTÓRIA

Há Oitenta Anos: 22 de Junho de 1941, Invasão da URSS

por Max Schumacher

página 34

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

OS MILITANTES E ORGANIZAÇÕES DO CORQI, sendo partidários da reconstituição da IVª Internacional, partilham, muito em particular, esta afirmação do Programa de Transição: “As leis da história são mais fortes do que os aparelhos burocráticos”. Os acontecimentos mundiais acabam de voltar a ilustrar a sua verdade.

Neste mês de Maio de 2021, o imperialismo mundial – na primeira linha, o imperialismo americano e a sua administração Biden – continuou a sua ofensiva internacional contra os trabalhadores e povos do mundo inteiro: destruição de empregos às centenas de milhar, atentados às conquistas arrancadas pelos trabalhadores e devastação das populações entregues sem defesa à pandemia, especialmente no sub-continente indiano e na América do Sul.

Pela sua parte, os dirigentes das velhas organizações do movimento operário (direcções dos partidos de “esquerda” e das centrais sindicais) obstinavam-se em ficar no terreno da “união sagrada” atrás dos seus próprios governos capitalistas, em nome da “luta contra a pandemia” e da “luta contra a crise económica” – mormente nos principais países imperialistas.

Porém, conforme afirmávamos no *Manifesto de Alarme* da 3ª Conferência Internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) em Novembro de 2020: “A terrível destruição e devastação que os governos impõem a pretexto da pandemia só consegue alimentar o vento de revolta contra os governos em exercício (...) A incapacidade dos governos capitalistas para levarem a sua política de união sagrada até às últimas consequências é, em grande parte, fruto da rejeição dessa política de destruição por parte da classe trabalhadora e dos povos, que,

instintivamente, por vezes confusamente, buscam o caminho da organização e acção independentes.”

É exactamente o que a irrupção revolucionária das massas na Palestina e na Colômbia, neste mês de Maio de 2021, acaba de mostrar, transtornando, contra todas as expectativas, a agenda que os “grandes deste mundo” tinham previsto.

E, no entanto, tudo estava arranjado para que a revolução palestiniana, elemento avançado da revolução mundial, desaparecesse. Na continuidade dos últimos setenta e três anos, o Estado de Israel, instigado por Trump, primeiro, e Biden depois, e o governo Netanyahu, empurrado cada vez mais para a direita pelas suas alianças com os partidos abertamente racistas, davam novos passos para a expulsão do povo palestiniano. A começar pela lei que proclamou o Estado de Israel como “Estado nação do povo judeu” (2018), passando pelo reconhecimento americano de “Jerusalém, capital de Israel” e pelo prosseguimento da colonização da Cisjordânia e do embargo a Gaza até às tentativas de expulsão de famílias palestinianas dos bairros de Sheikh Jarrah e Silwan, em Jerusalém – era para continuar tudo como antes.

Ao “normalizarem”, uns atrás dos outros, as suas relações diplomáticas com o Estado sionista, os regimes árabes, galgavam um novo degrau da sua descida à subordinação ao imperialismo americano, virando costas, uma vez mais, à luta do povo palestiniano.

Quanto às direcções tradicionais do povo palestiniano, a Autoridade Palestiniana de Ramala continuou imperturbavelmente com a sua “cooperação de segurança” com as forças armadas israelitas, ao passo que, em Gaza (estrangulada



Haifa, 18 de Maio de 2021, dia de greve geral

● NOTAS EDITORIAIS

>>>



Ramala, 18 de Maio de 2021, dia de greve geral

pelo embargo, com a cumplicidade das grandes potências e do regime sanguinário do marechal Sissi, no Egipto), a direcção do Hamas se ia colocando cada vez mais abertamente numa posição favorável ao pretenso “Estado palestino nas fronteiras de 1967”.

O povo palestino, as massas, a juventude, resolveram outra coisa. Um primeiro sinal se manifestara já por ocasião das eleições legislativas israelitas de Março de 2021: notou-se um forte aumento da taxa de abstenção dos eleitores palestinos (“cidadãos israelitas” de segunda, ou terceira, mas constituindo 20% da população de Israel), que se afastaram dos partidos “árabes israelitas” (estalinistas, islamitas ou “democráticos”) com assento no Knesset.

Do mais encarregaram-se as provocações de Netanyahu – instigado pelo apoio sem falhas da administração americana, quer republicana quer democrata – e dos seus aliados dos partidos racistas. As expulsões de Sheikh Jarrah e de Silwan, as humilhações sofridas pelos palestinos em Jerusalém em pleno ramadão, mais o assalto do exército israelita à mesquita Al-Aqsa, fizeram com que o povo palestino, todas as suas componentes, viesse para a rua em massa. Mais – facto sem precedentes a esta escala desde 1948 – , os palestinos pretensamente “árabes israelitas” mobilizaram-se em massa nos territórios de 1948 (o actual Estado de Israel). Agredidos e ameaçados por hordas de colonos armados, obrigados a organizarem-se em grupos de defesa das suas casas e bairros, eles puseram de manifesto que são parte integrante e plena do povo palestino, ao lado dos seus irmãos e irmãs de Gaza, da Cisjordânia, dos campos de refugiados do Líbano, da Jordânia e da Síria e dos palestinos na

diáspora. Esta unidade do povo palestino manifestou-se espectacularmente no dia 15 de Maio – aniversário da Naqba, a catástrofe da expulsão de mais de 800 mil palestinos das suas cidades e aldeias – e no dia 18 de Maio, por ocasião de uma greve geral “do Mediterrâneo ao Jordão”, no território da Palestina histórica, portanto. Greve geral surgida “da base”, de grupos de iniciativa formais e informais impulsionados, particularmente, pela juventude nos territórios de 1948. Fora dos territórios de 1948, o levantamento do mês de Maio ficou marcado pela poderosa iniciativa das massas a partir “da base”, exigindo das direcções a maior firmeza na resistência à agressão israelita e, conforme fez a juventude de Ramala, denunciando aqueles que, na cúpula da Autoridade Palestina (saída dos Acordos de Oslo), aceitaram transformar-se em “agentes” da ocupação e do imperialismo. Além de, algo uma vez mais inédito a tal escala, à radicalização cada vez mais à direita de sectores da sociedade israelita terem respondido posições significativas, ainda que minoritárias, da população israelita judia. Por um lado, sectores cada vez mais significativos fazem sua a caracterização de ‘apartheid’ para designar a realidade reinante “entre o Mediterrâneo e o Jordão”. Assim, por exemplo, a principal organização israelita de defesa dos direitos humanos, B’Tselem, em Janeiro de 2021. Por outro lado, do mesmo passo que as massas palestinianas afirmavam a sua unidade em Maio, vinha a público um apelo assinado nominalmente por mais de 850 judeus israelitas a condenar o “apartheid”, o “sionismo” e a “limpeza étnica” e a declarar-se por uma “solução democrática para todos, baseada na descolonização da região e na fundação de um Estado para todos os seus cidadãos.”

No quadro desta mobilização vinda da base, apareceram apelos, panfletos, iniciativas e reagrupamentos que se enquadram naquilo que nós designamos por “reorganização do movimento operário (e democrático) segundo um novo eixo”, um eixo de ruptura com os planos do imperialismo. Isso, na Palestina, implica reatar com a única perspectiva democrática possível: o desmantelamento das instituições do apartheid e a eleição de uma assembleia constituinte palestina, abrindo caminho à constituição de um só Estado palestino laico e democrático em todo o território da Palestina histórica.

Acresce um terceiro aspecto inédito: o levantamento do povo palestino provocou um dos mais poderosos movimentos de solidariedade com o povo palestino em todo o mundo, particularmente nos Estados Unidos e nos grandes países imperialistas. Nos Estados Unidos, as manifestações ocorridas em 30 a 40 cidades juntaram dezenas de milhar de cidadãos, nomeadamente sectores significativos do movimento *Black Lives Matter* e do movimento sindical. Assinalem-se igualmente as manifestações na Europa (com a notável excepção de França, onde Macron as proibiu), a greve dos estivadores de Durban (Azânia/África do Sul), que se recusaram a carregar um cargueiro israelita, e as manifestações monstro em Marrocos, “referendo em tamanho natural” contra o acordo de normalização das relações diplomáticas do reino xerifiano com o Estado de Israel, etc.

O que baralhou e voltou a dar as cartas foi, realmente, o surto das massas palestinianas. Extravasando da questão palestinianas, esse surto suscita uma questão de alcance mais geral: a de que, apesar da barbárie engendrada pelo sistema capitalista em decomposição e apesar da política das cúpulas dos aparelhos que dirigem o movimento operário, as massas mantêm a sua capacidade de reverter o curso dos acontecimentos através do seu próprio movimento.

O surto das massas na Palestina e, a outro nível, na Colômbia, obrigou a imperialismo a modificar os seus planos, posto que não a afastar-se da sua política. Conforme afirmáramos no *Manifesto de Alarme* de Novembro de 2020, a entrada da administração Biden para o lugar da de Trump não significa que haja modificação de fundo da política do imperialismo americano. A burguesia dos Estados Unidos, a mais poderosa do mundo, não tem alternativa: para enfrentar a crise do regime assente na propriedade privada dos meios de produção, tem de procurar impor cada vez mais o seu domínio sobre o mundo. Fâ-lo impulsionando uma ofensiva mundial contra a classe operária, que tem uma das suas formas particulares na ofensiva para desmantelar a propriedade estatal na China. Fâ-lo, outrossim, procurando esmagar todos os seus concorrentes imperialistas, sobretudo na

Europa, o que faz com que estes se tenham que preparar para uma ofensiva sem precedentes contra as suas classes operárias (leia-se neste número o artigo consagrado ao “*difícil regresso aos critérios de Maastricht*”).

A administração Biden não fazia tenções de focar no Médio Oriente a sua política externa, a avaliar pelo que faz no Afeganistão, onde anunciou unilateralmente a retirada das tropas da NATO (ao fim de vinte anos de guerra e ocupação que custaram muito caro ao povo afegão), ainda que isso equivalha a entregar o país aos talibãs, os mesmos que, há duas décadas, Washington qualificava de “terroristas” e “inimigo público número um”. Ou a avaliar pelas ordens que a administração americana deu aos governos imperialistas europeus, deles reclamando (muito em especial à burguesia alemã) maior comprometimento na sua participação na “manutenção da ordem” imperialista nos quatro cantos do mundo.

Confrontada com o surto da revolução palestinianas – e com as manifestações de solidariedade nos Estados Unidos –, a administração Biden viu-se obrigada, posto que sem nunca desdizer o seu credo do “*direito imperecível de Israel a defender-se*”, a “largar” Netanyahu. Para começar, obrigou-o a aceitar um cessar-fogo no dia 21 de Maio, o que foi considerado pelas massas palestinianas como uma vitória da resistência. A diplomacia americana mostrou depois todas as cartas, ao diapasão veemente de Biden e Blinken e da “*solução dos dois Estados*” a que todos haveriam de aderir. Sinais disso foram o envio de emissários egípcios e qataris, portadores de “donativos” de centenas de milhões de dólares para Gaza. Outros sinais foram as negociações – que, ao escreverem-se estas linhas, continuam sem dar fruto – para a constituição de um governo israelita aos remendos, sem Netanyahu.

O imperialismo precisa de desminar a situação o mais depressa possível, de modo a poder dedicar-se enfim à ofensiva política, económica e militar contra a China. Para fazer essa política, a administração Biden dispõe do apoio entusiástico de importantes sectores dos aparelhos que encabeçam o movimento operário. A sua eleição foi calorosamente saudada pela Internacional



Concentração judia-árabe, 20 de Maio, Jerusalém, contra as expulsões

● NOTAS EDITORIAIS

>>>



Mona El Kurd, à frente de sua casa de Sheikh Jarrah (Jerusalém)

Socialista, enquanto os resíduos do aparelho estalinista saúdam, aqui e acolá, a sua obra – caso, por exemplo, do jornal diário do Partido Comunista Francês, que acha que as medidas de Biden vão “ao arrepio dos principais mandamentos da bíblia neo-liberal”. Nos próprios Estados Unidos, toda a “esquerda” do Partido Democrático (incluindo os renegados do trotskismo), amplos sectores do aparelho sindical e da direcção do movimento negro enfileiram atrás de alguém que o presidente da AFL-CIO qualificou de “presidente mais pró-trabalhadores” dos últimos cinquenta anos.

Ora, os biliões de dólares de dinheiros públicos dos sucessivos planos de recuperação anunciados por Biden (que incluem um ligeiro aumento do orçamento militar, na continuidade de Trump) têm entre os seus principais objectivos ampliar, em prejuízo da concorrência, o domínio da burguesia americana contra os trabalhadores de todo o mundo e as suas conquistas – entre as quais se conta a propriedade estatal na China – assim como, bem entendido, contra os trabalhadores dos próprios Estados Unidos.

Só que, uma vez mais, “as leis da história são mais fortes do que os aparelhos burocráticos”. No exacto momento em que o povo palestino se levantava, os trabalhadores e o povo da Colômbia erguiam-se contra um dos regimes mais subordinados a Washington de todo o continente sul-americano. Na continuidade do levantamento das massas chilenas de Outubro de 2019, da resistência do povo boliviano contra o golpe de Estado “made in USA”, das greves e manifestações da Argentina contra os planos do FMI, do levantamento do povo do Paraguai e do surto das massas brasileiras para correr com Bolsonaro, o levantamento dos trabalhadores e do povo da Colômbia deu-se quando ninguém esperava. Há mais de sessenta anos que o regime oligárquico que ocupa o poder em Bogotá dá mostras de fidelidade absoluta aos seus senhores de Washington. Com o passar dos anos, fundiu-se cada

vez mais estreitamente com o crime organizado, especialmente o narcotráfico, de que a Colômbia se tornou a retaguarda quando Washington precisou de financiar os *contras* da Nicarágua nos anos oitenta. Esse regime é, segundo os relatórios anuais da Organização Internacional do Trabalho, detentor do triste recorde de assassinatos de sindicalistas operários, camponeses e estudantes por formações paramilitares ou pelo exército e pela polícia. Apesar de tais condições, também aí as massas irromperam, arrastadas, na vanguarda, pela classe operária e pela juventude.

E fizeram-no não apenas para exigir a retirada das contra-reformas que, tal como no mundo inteiro, independentemente da variedade de formas, ameaçam a existência dos serviços públicos (saúde, ensino), agravam a exploração e liquidam os regimes de aposentação, mas também para atacar os próprios alicerces das instituições, do Estado que há sessenta anos impõe o reino da oligarquia corrupta e subordinada ao imperialismo. Tal é o sentido do aparecimento das assembleias populares e das tentativas de as coordenar ao nível regional e nacional a partir das formas de auto-organização aparecidas no decorrer da mobilização das massas.

Para as forças organizadas no CORQI e nas organizações nacionais suas filiadas, que combatem pela reconstituição da IVª Internacional, o levantamento das massas, a luta de classes que rompe e não deixará de irromper, põem a questão do factor subjectivo, da reconstituição, portanto, da IVª Internacional e da construção de partidos operários revolucionários com o seu programa em cada país.

Para as organizações e militantes do CORQI, esta tarefa não pode ser levada a bom porto com ultimatos, fora da crise do movimento operário e de todos os processos que visam à sua reorganização com um novo eixo. Por isso, estes são parte integrante e plena das campanhas e iniciativas do Comité Operário Internacional (COI), nomeadamente da perspectiva de reunir, com brevidade – levando em conta a pandemia e as restrições que ela acarreta – uma ampla conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, aberta aos militantes, trabalhadores, jovens, correntes políticas e organizações que não estão dispostos a desistir da luta para pôr termo ao regime capitalista agonizante. ●

A Internacional, 7 de Junho de 2021

Anexo 1

Declaração do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Fim ao Massacre do Povo Palestino!

O mais recente acto da tragédia do povo palestino, de que a humanidade é hoje testemunha, enquadra-se na continuidade dos últimos setenta e cinco anos.

A tragédia do povo palestino é resultado da santa aliança contra-revolucionária entre o imperialismo britânico, o imperialismo americano e a burocracia

NOTAS EDITORIAIS ●

estalinista da URSS, que, em conjunto e no interesse da preservação da ordem mundial, organizaram a partição da Palestina histórica, selada pela resolução nº 181 da Organização das Nações Unidas, de 29 de Novembro de 1947: uma resolução que negava o direito do povo palestino a decidir livremente o seu destino, uma resolução que pretendia dividir a terra da Palestina em dois Estados, um dos quais, o “Estado árabe”, nunca chegou a existir.

Os pretensos “planos de paz” que se lhe seguiram, de Camp David aos acordos de Oslo de 1993, assentaram, todos eles, na sonegação ao povo palestino do direito a dispor de si próprio. E voltou a ser no Conselho de Segurança da ONU que se deu cobertura à agressão em curso contra o povo palestino. Tanto mais grotescos parecem os apelos vindos da Internacional “Socialista” e dos ex-partidos estalinistas ao “direito internacional” e às “resoluções da ONU”. É exactamente deste “direito internacional” das grandes potências e desta ONU que o povo palestino é vítima.

É significativo que as famílias que o Estado de Israel quer expulsar do bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém, ali se tenham estabelecido em 1948 depois de expulsas de Jaffa e Haifa. Como militantes palestinos escreveram: “a tragédia de Sheikh Jarrah é uma súplica da tragédia da Palestina desde 1948”. Têm toda a razão: a lógica do sionismo é a de ir expulsando o povo palestino das suas terras, negar a sua existência e reprimir no sangue qualquer sua manifestação pelos direitos nacionais.

A política que o Estado de Israel hoje promove não é a política de Netanyahu, conquanto este a exacerbe ainda mais do que os seus predecessores. É uma política que é resultado da própria natureza deste Estado, erguido, em 1948, sobre a expulsão de 850.000 palestinos, escuraçados das suas cidades e aldeias durante a Nakba. Um Estado colonial, teocrático, assente, desde o primeiro minuto, na discriminação e expulsão do povo palestino.

Para os marxistas, o sionismo foi sempre uma corrente reaccionária, minoritária nas populações judias oprimidas da Europa, que virava costas à luta democrática pela igualdade de direitos. Depois de 1945, graças à fraudulenta exploração da tragédia do extermínio de 6 milhões de judeus pelo regime nazi, o sionismo converteu-se num instrumento da política imperialista no Médio Oriente.

“Armadilha” para as populações judaicas atiradas – quantas vezes contra vontade – para a emigração para a Palestina, o Estado de Israel foi-se tornando, passo a passo, em instrumento subsidiário do imperialismo e, mais especificamente, do imperialismo americano. O mundo inteiro sabe que o Estado de Israel não seria capaz de fazer a política que faz se não fosse o financiamento dos Estados Unidos, se não fosse o armamento pelos Estados Unidos: são 3.800 milhões de dólares por ano de ajuda militar e 8 mil milhões de dólares de empréstimos garantidos. Israel funciona, cada vez mais, como base militar avançada ao serviço dos interesses americanos no Médio Oriente.

Nada há, assim, de surpreendente em que a administração Biden, neste aspecto como em tantos outros, se situe na continuidade da de Trump. Trump proclamara “Jerusalém capital do Estado de Israel.” Biden

aprovou, declarando que “Israel tem o direito de se defender”, refrão eterno de todos os apaniguados do Estado colonizador. Foi em nome desta política que, apoiando-se nas hordas de colonos fanatizados, Netanyahu organizou o “saneamento étnico” de Jerusalém. Todos os governos imperialistas apoiam a administração Biden neste propósito: Macron em França, Merkel na Alemanha, Johnson na Grã-Bretanha, etc., assim como a Comissão Europeia, que, como é seu hábito, põe em pé de igualdade agressor e vítima. Nas últimas horas, tanto o governo Merkel como o governo de Macron tomaram medidas de proibição de manifestações de solidariedade com o povo palestino.

A tragédia do povo palestino é igualmente acto de acusação à Liga Árabe e a todos os regimes da região, sem excepção. Das petromonarquias do Golfo aos regimes “nacionalistas árabes”, todos eles desempenham o seu papel contra a revolução palestina. Do regime libanês, que discrimina os refugiados palestinos, ao sanguinário regime do marechal Sissi no Egipto, pedra de fecho do bloqueio a Gaza, das monarquias do Golfo ao reino de Marrocos, que recentemente “normalizou” relações diplomáticas, apenas oficializando relações mais antigas... Façam estes regimes os discursos que fizerem, ontem como hoje, eles nunca foram aliados do povo palestino, foram, sim, seus carrascos.

Apesar das traições e tragédias que têm balizado a sua luta desde 1948, o povo palestino nunca desistiu dos seus direitos nacionais. De Gaza, embargada, à Cisjordânia, despedaçada pelos colonatos, dos campos de refugiados a Jerusalém, passando pela sublevação dos palestinos dos “territórios de 1948”, Haifa, Umm Al-Fahm, Lod, etc., o povo palestino dá uma vez mais mostras da sua unidade e da vivacidade das suas aspirações nacionais e democráticas.

Colidindo estas aspirações com um Estado de apartheid, com o imperialismo mundial e com os regimes corruptos a ele enfeudados, o povo palestino só pode encontrar aliados na classe operária internacional e nos povos oprimidos, também eles confrontados com a barbárie engendrada pelo regime assente na propriedade privada dos meios de produção. É, pois, responsabilidade das organizações operárias de todo o mundo porem-se incondicionalmente ao lado do povo palestino.

Nos últimos tempos, têm-se elevado, vindas da população judaica de Israel, vozes fortes – minoritárias embora – contra os mais recentes massacres de que foi vítima o povo palestino. Assim a célebre associação de defesa dos direitos humanos, B’tselem, ao afirmar: “Do Jordão ao Mediterrâneo, o apartheid”. Ou os sessenta jovens estudantes liceais judeus israelitas que, ao recusarem servir no exército israelita, proclamam que “nos pedem para envergar um uniforme manchado de sangue. Com a Nakba e a ocupação, a sociedade israelita edificou-se sobre fundações podres; isso repercute-se agora em todos os aspectos da vida: no racismo, nos discursos políticos de ódio, na brutalidade da polícia.”

No momento actual, os dirigentes israelitas, invocando um risco de “guerra civil”, estão prestes a lançar-se em mais um ataque terrestre de grande envergadura contra a faixa de Gaza, depois dos intermináveis bombardeamentos aéreos.

● NOTAS EDITORIAIS

>>> Mais do que nunca, a única solução democrática possível, aquela que o movimento nacional palestino articulou no acto da sua fundação – antes de os seus dirigentes a declararem “caduca” perante os pretensos “acordos de paz” — é a da criação de um Estado palestino único, laico e democrático em todo o território histórico da Palestina, garantindo a igualdade de direitos a todos os seus cidadãos, seja qual for a sua confissão ou origem.

O CORQI apela às suas organizações e militantes para que, sem porem as suas próprias posições como condição, participem nas mobilizações, em todo o mundo, para pôr imediatamente termo ao massacre do povo palestino, com as palavras de ordem:

- Fim imediato da repressão contra os manifestantes palestinos!
- Fim imediato dos bombardeamentos de Gaza! Não à ofensiva terrestre!
- Fim imediato das expulsões em Sheikh Jarrah!
- Liberdade para o povo palestino! Direito ao retorno de todos os refugiados!

14 de Maio de 2021

Anexo 2

“A questão palestina acaba por se reduzir à questão da democracia”

(Excertos de um relatório ao Comité de Animação do CORQI em 20 de Maio de 2021)

E importante reafirmar a nossa posição política. Entre os documentos que iremos ter que reeditar, há dois que merecem menção no ponto de vista do método. O primeiro é o famoso editorial da revista *IVª Internacional* de Novembro-Dezembro de 1947, quando se votava a resolução 181 da ONU (29 de Novembro de 1947) sobre a partição da Palestina.

Nesse documento, tratamo-la em paralelo com a decisão de divisão da Índia segundo critérios religiosos tomada em conformidade com as ordens do imperialismo britânico. Escrevíamos que essa partição era “o meio mais eficaz de desviar tanto a luta das massas árabes como o descontentamento da população trabalhadora judia de uma explosão anti-imperialista para uma luta fratricida”.

A *IVª Internacional* começou, pois, por colocar logo de início o problema de o significado da divisão em dois Estados de base étnica, religiosa, ser o de erguer obstáculos à unidade de luta da classe operária da região como um todo, dos povos oprimidos da região como um todo, contra o imperialismo. Em seguida, recordávamos, na declaração, que o “*minúsculo Estado judeu*” constituído (entretanto muito menos minúsculo) não era só considerado pelas grandes potências como um trunfo na região. Lembrávamos, reatando com as palavras de Trotsky, que a Palestina representa “*uma armadilha para os judeus*” e que, sem uma viragem radical da situação, esta poderia vir a acabar no extermínio completo dos judeus na região. Concluíamos a análise, dizendo que “*A posição da IVª Internacional é de estar na vanguarda da luta contra a partição, por*

uma Palestina unida e independente, em que as massas determinarão soberanamente o seu destino elegendo uma Assembleia Constituinte. Contra os efêndis e os agentes imperialistas, contra as manobras da burguesia egípcia e síria, que procuram desvirtuar a luta pela emancipação das massas em luta contra os judeus, a IVª Internacional lançará apelos à revolução agrária, à luta anticapitalista e anti-imperialista, motores fundamentais da revolução árabe. Ela só poderá, porém, levar a cabo esta luta com alguma possibilidade de êxito se tomar uma posição inequívoca contra a partição do país e contra o estabelecimento do Estado judeu”.

É constante a posição que temos mantido, desde 1947 e até hoje. Às formulações favoráveis aos dois Estados subjaz o reconhecimento da partição de 1947 e, portanto, numa situação assente na discriminação, na opressão e, enfim, chegando à situação actual, de um regime de apartheid.

A nossa constante posição de recusa da partição, em conjugação com posições mais fundamentais nesta matéria, obrigou-nos, em 1947 e, posteriormente, em diferentes momentos da história da revolução palestina, como deve obrigar-nos hoje, a reafirmar com mais força a palavra de ordem de Constituinte palestina.

Um artigo escrito pelo camarada Lambert no início dos anos 2000, pelo lançamento da revista *Dialogue* (revista de debate entre “militantes árabes e judeus da Palestina”), contém um lembrete das posições fundamentais da nossa corrente e, nomeadamente, esta frase: “*A questão palestina acaba por se reduzir à questão da democracia, cuja forma e conteúdo serão a definir pelo povo palestino, nas suas componentes judia e árabe, com reconhecimento de direitos iguais em um só Estado que abranja toda a Palestina histórica: Estado de Israel, Cisjordânia, etc....*” Mais adiante, o artigo recorda que se trata de uma reivindicação democrática, a reivindicação de emancipação política, se bem que nós saibamos que “*a emancipação social, portanto a expropriação da propriedade privada dos meios de produção, é condição para salvar a humanidade da barbárie (...). Contudo, não sendo verdade que a emancipação política seja o mesmo que a emancipação humana, aquela é condição desta.*” É uma fórmula muito importante. A emancipação política, portanto a Palestina livre e independente, a Constituinte palestina, não é, só por si, a emancipação humana. Pode acabar em soluções burguesas. A emancipação humana – e nisso se encerra a teoria da revolução permanente – pressupõe, na Palestina, mas também em toda a parte, a expropriação do capital. Lambert acrescenta, porém, parafraseando Marx: “*A emancipação política é condição da emancipação humana.*” Aplicando à Palestina, a consequência é que a palavra de ordem da “*Constituinte palestina*”, que integre todas as suas componentes, árabe, judaica, muçulmana, cristã... constitutivas da nação palestina, ao pôr a população judia da região em pé de igualdade com outras enquanto uma das componentes da nação palestina, cuja unidade implica juntá-las a todas, representa um passo que, embora não resolvendo a questão da emancipação humana, que também abrange a emancipação social, não deixa de ser um passo democrático indispensável. ●

O difícil regresso dos critérios de Maastricht

No dealbar de uma violenta ofensiva anti-operária em toda a Europa, capitalistas e governos afiam as garras

OS CRITÉRIOS de Maastricht são, há quase trinta anos, uma peça mestra da política dos dezanove países que constituem a zona euro. Constam como um dos principais argumentos usados para justificar os planos anti-operários, os cortes brutais nos orçamentos sociais e a privatização de segmentos inteiros dos serviços públicos. A partir de Março de 2020 – ante a ameaça iminente de falências “sistémicas” em cascata em consequência da “travagem” económica devida à pandemia – a Comissão Europeia começou a derrogar à aplicação destas regras orçamentais⁽¹⁾. Em Março de 2021, o secretariado da Comissão recomendou prorrogar a derrogação por mais um ano e só repor os critérios em 2023.

Situação inédita... da qual seria, porém, errado deduzir que os critérios de Maastricht estejam definitivamente arrumados. No ponto de vista do capital financeiro, é, bem pelo contrário, imperativo restabelecê-los, embora, por enquanto, ninguém seja capaz de dizer quando e, sobretudo, como tal se tornará possível.

Para compreender bem as coisas, é preciso recuar 30 anos.

Os “critérios de convergência” (designação oficial) foram instituídos pelo tratado de Maastricht (Tratado da União Europeia) assinado em 7 de Fevereiro de 1992 e em vigor desde 1 de Novembro de

1993. Documento fundador da União Europeia, este tratado foi, na origem, ratificado pelos 12 membros da Comunidade Económica Europeia (CEE) da altura. Ele compreende, contudo, um aspecto específico, cujo objecto é a realização de uma união monetária em três etapas, com o propósito de criar uma moeda comum, mediante a observância de determinados critérios económicos, financeiros e orçamentais: os famosos “critérios de convergência”.

A primeira destas etapas foi a instituição do Instituto Monetário Europeu (IME), destinado a coordenar as políticas monetárias nacionais dos países signatários do Tratado de Maastricht e preparar a criação do Banco Central Europeu (BCE). A segunda etapa (que se iniciou em 1 de Janeiro de 1999) consistiu em onze dos quinze países que, na altura, faziam parte da UE, abandonarem as suas moedas nacionais por troca com o euro e a sua soberania monetária em benefício do BCE, criado seis meses antes. São hoje dezanove os países que adoptaram o euro. Desde 2001, mais oito se juntaram aos onze países iniciais⁽²⁾.

O papel do Banco Central Europeu

Com a criação do BCE, os bancos centrais nacionais foram exonerados da função emissora de moeda nacional que até então fora sua e reduzidos a uma função de supervisão do sistema financeiro dos seus países. Também esta função lhes seria retirada em 2012⁽³⁾.

O Tratado de Maastricht conferiu ao BCE um estatuto de independência dos poderes políticos. O banco não tem que dar contas aos governos nacionais e às instituições da União Europeia, nem tem

ordens que receber deles. A sua missão consiste em “manter a estabilidade dos preços”, subordinando-se “ao princípio de uma economia de mercado aberta num contexto de livre concorrência”.

Como se há-de “manter a estabilidade dos preços” quando não se tem o poder de os fixar? O BCE dispõe para tal de um instrumento: controla o preço do crédito, portanto as variações das taxas de juro, que desempenham um papel central nas condições da produção. Até à crise de 2007/08, dita crise dos *subprimes*, o BCE irá manter a um nível elevado a taxa de juro a que fornece moeda aos bancos. Desse modo (em total coordenação com o imperialismo americano e o seu banco central, a Fed), os próprios bancos repercutem aquelas taxas elevadas no custo de financiamento das empresas. Estas irão, por sua vez, procurar compensá-lo, aumentando constantemente a pressão à baixa dos custos de produção (sub-contratação, deslocalização, despedimentos, supressão de postos de trabalho), em particular o “custo do trabalho” – por outras palavras, o valor da força de trabalho (que integra não apenas o salário, mas todas as conquistas sociais da classe operária, entre as quais as caixas de aposentações e a cobertura de saúde).

Até à crise de 2007/08, o BCE praticará esta política de taxas elevadas em perfeita harmonia com o seu homólogo americano, a Reserva Federal. Depois da crise de 2007/08 e sempre ao diapasão da Reserva Federal, o BCE irá passar a uma política inversa, conhecida como de “quantitative easing” (“alívio quantitativo”). Esta política consiste em injectar milhares de milhões de euros no sistema financeiro, do mesmo passo que se praticam taxas de juro muito baixas,

● DOSSIÊ

>>>



Franqueforte: sede do Banco Central Europeu

por vezes quase nulas e mesmo negativas (o que põe o organismo mutuante a pagar a quem pede dinheiro emprestado!), ao contrário do período anterior. Esta nova linha está principalmente ao serviço dos especuladores, para quem, em detrimento do investimento na produção, no emprego e no serviços públicos, se canalizam, assim, massas de capitais⁽⁴⁾.

A independência do BCE poderá ser efectiva em relação aos poderes políticos nacionais (na medida em que estes para ele transferiram a sua soberania monetária). Já não o é, porém, em relação ao capital financeiro e seus círculos dirigentes. Bem pelo contrário: encarregado pelos tratados fundadores de defender o “*princípio de uma economia de mercado aberta num contexto de livre concorrência*”, o BCE depende estreitamente dos

movimentos dos mercados financeiros, por sua vez dominados pelo capital financeiro americano e respectivas instituições.

Nesse sentido, a União Europeia – o edifício institucional, portanto, constituído pelos tratados de Maastricht e pelos que os viriam a completar, o BCE, o euro e os famosos critérios – , não sendo embora a fonte original da ofensiva constante contra a classe operária da zona euro nos últimos trinta anos, é, porém, o seu instrumento privilegiado. A União Europeia é uma espécie de espantado, de camisa-de-forças que as burguesias de cada país europeu aceitaram envergar, tornando-se, de algum modo, seus voluntários cativos: maneira de se obrigarem a avançar, a qualquer preço, na ofensiva de destruição do valor da força de trabalho tornada necessária pelo beco sem saída do

sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. Crise que atingira um estágio em que a principal fonte de mais-valia passa a ser, em primeiro lugar, a que emana daquilo a que temos chamado mais-valia relativa de tipo 2, aquele que reduz o poder de compra (ou de consumo) da força de trabalho⁽⁵⁾.

A capitulação das burguesias europeias

Foi, pois, para se precaverem da sua fraqueza na luta de classes que essas burguesias se armaram com o instrumento comum (sob a égide do imperialismo americano⁽⁶⁾) destinado a obrigá-las a avançar a qualquer preço na confrontação com a classe operária para desmantelar as conquistas em que se cristaliza uma boa parte da força de trabalho na Europa. Só que até tal instrumento esbarra nos seus limites... fruto, precisamente, da resistência da classe operária⁽⁷⁾.

Em obra⁽⁸⁾ redigida quando o BCE ainda não tinha um ano de existência, escrevemos as linhas que se seguem, que se nos afigura manterem plena actualidade, a respeito da pretensa independência do BCE: “*Ninguém acreditará que alguns banqueiros centrais irão, quais electrões livres, ficar autorizados, por seu alvedrio, a decidir o que é e não é do interesse do mercados financeiros. Os interesses são colossais. Como se há-de, então, compreender tal mecanismo único, sem precedentes, da independência do Banco Central Europeu? De certo modo, a comparação que se fez (...) entre a Europa e os Estados Unidos permite responder à pergunta. A Federal Reserve americana, exprimindo embora a independência reivindicada pelos mercados financeiros, situa-se, em última análise, na esfera do sistema político de governação americano. Tal não deixa de dar azo a contradições e conflitos (...). Ainda assim, o que é facto é que é lá que a Fed se enquadra. E é assim por uma razão simples: de todas as burguesias imperialistas, a burguesia dos Estados Unidos continua a ser a que – e, sem dúvida, a única que – mantém suficiente peso*

social e económico, suficiente poder político e militar para poder intervir como classe (...). É esta a razão por que, deixando embora em roda livre os “mercados financeiros”, o capital financeiro se reserva a possibilidade de exercer um controlo político, pelo menos parcial, sobre o banco central, de modo a poder fazer prevalecer os seus interesses gerais.

E foi por essas mesmas razões que o mesmo capital financeiro americano impôs a “independência” absoluta do Banco Central Europeu. Esta independência absoluta mais não é do que a capitulação absoluta das burguesias da Europa. Quanto mais absoluta é a tal independência do Banco Central Europeu – e absoluta ela é –, mais essa independência paira acima de todas as instituições, inclusive das instituições supranacionais da própria União Europeia, e mais ela significa, na realidade, uma subordinação aos mercados financeiros subordinada aos interesses do capital financeiro americano”.

A referência à “capitulação” das burguesias europeias nada tem de exagero. Naquela altura, aliás, o órgão do capital financeiro da Grã-Bretanha (país que, prudentemente, se pôs de parte para melhor cultivar a sua ligação directa com a finança dos Estados Unidos), o *Financial Times*, escreveu: “I cannot recall a moment in history when so much power was so eagerly relinquished”⁽⁹⁾.

Os “critérios de convergência”: critérios de luta de classes

O BCE viu-se, assim, desde o início investido de um mandato (baixar os custos de produção, em primeiro lugar o custo do trabalho) e de um meio: a independência total de qualquer poder político, a subordinação aos interesses dos mercados e, por conseguinte, em última análise, do imperialismo americano. Todos os desenvolvimentos do último quarto de século verificaram esta realidade.

Para compreender do que

fazem caso as discussões de 2021 sobre o restabelecimento dos “critérios de convergência”, há que recuar à definição que deles dá o tratado de Maastricht. Os critérios são cinco, um deles só activo na fase de candidatura de um país à adopção do euro (o da proibição de desvalorizar a própria moeda além de um limite estabelecido e fiscalizado pelo BCE). Há outros dois critérios que são intensamente fiscalizados durante as fases de candidatura, mas não são susceptíveis de sanção depois da adesão (o acatamento de uma taxa de inflação que não ultrapasse 2% e um limiar máximo da taxa de juro da dívida pública a não superar).

Sobram os dois critérios mais conhecidos, os que são aplicáveis a todos os Estados membros da zona euro antes e depois da adesão:

O défice orçamental não deve ultrapassar o equivalente a 3% do PIB⁽¹⁰⁾.

A dívida pública não deve ultrapassar o equivalente a 60% do PIB.

O tratado prevê que um país que não respeite os critérios, especialmente o que diz respeito ao défice orçamental, se exponha a sanções financeiras. A origem destas percentagens é relativamente obscura. Uma certeza: não têm nenhuma racionalidade económica especial, mesmo para as teorias económicas burguesas. Até um adepto dos critérios, Wolfgang Schäuble, que desempenhou papel de relevo na sua adopção, declarou que “os 3% não têm fundamento científico”⁽¹¹⁾.

O que, sim, têm é uma função prática essencial: considerando os valores reais dos défices e da dívida nos vários países naquela altura, os números escolhidos equivalem a um apertão, permitindo puxar as rédeas com força. Os critérios de convergência são, pois, critérios de luta de classes no sentido mais estrito.

Os critérios tornaram-se, assim, nos últimos quase trinta anos, no principal instrumento da União Europeia e do BCE para destruir e privatizar os serviços públicos sujeitos a monopólio estatal, re-

duzir o número de funcionários e desferir golpes duríssimos contra todas as conquistas operárias, que representam entraves à livre exploração da força de trabalho e à livre circulação de capitais.

Foram os critérios respeitados? Não é assim tão simples...

Poder-se-á concluir que os critérios, brutalmente postos em execução, foram respeitados? Não é assim tão simples...

Em estudo datado do mês de Fevereiro último, a sociedade de investimentos e gestão de activos Ostrum Asset Management⁽¹²⁾ debruça-se sobre os critérios de Maastricht, a sua aplicação e as suas consequências: “O procedimento por défice excessivo nunca funcionou propriamente. (...) De 1999 a 2018, data do relatório do Instituto Delors nesta matéria, a Comissão abriu 38 procedimentos e todos foram fechados. (...) No entanto, o ponto essencial é que nunca se passou nenhuma multa! O aspecto dissuasivo do mecanismo é, assim, muitíssimo discutível.” O mesmo relatório conclui no mais, nesta matéria, que o procedimento não passa de um “meio de vigiar os progressos orçamentais feitos pelos outros Estados membros”.

No mais, continua o artigo, “cada um dos onze membros iniciais do euro não respeitou os critérios de Maastricht por treze vezes, em média, desde 1999, sete vezes no caso do critério do défice, seis vezes no do da dívida.” As estatísticas do Eurostat do fim do ano de 2020 confirmam-no: muito antes da pandemia e dos seus efeitos, a maior parte dos países já tinha deixado de cumprir o critério da dívida, e há muitos anos! No final de 2020, a dívida de treze dos dezanove países membros da zona euro ultrapassa a fasquia de 60% do PIB, encontrando-se entre eles as principais economias da zona, incluindo a Alemanha. A dívida média para a zona euro representa quase 100% do PIB.

● DOSSIÊ

>>> **Peso da dívida pública em % do PIB de alguns países da zona euro (fonte Eurostat)⁽¹³⁾**

Quanto ao critério do défice orçamental limitado a 3% do PIB, mais ou menos observado pelos países membros da zona euro antes do início da pandemia, o que se viu foi ele ser de tal maneira ultrapassado na maior parte dos países, que a sua aplicação foi suspensa em 23 de Março de 2020.

Note-se que este critério não esteve na origem de sanções aos países que não o cumpriram⁽¹⁴⁾.

O leitor perguntará: mas então, esses famosos critérios de Maastricht não se estribam em nenhum fundamento económico teórico, nem sequer no ponto de vista do capitalismo; acabam, além disso, por não serem aplicados; e nunca há sanções aos Estados remissos. Então o que significam eles? Que importância têm? A resposta é: os critérios de Maastricht começam por ser, e são antes de mais nada (e mesmo no essencial), armas de luta de classes. São tidos por “gravados na pedra” dos tratados e, por conseguinte, iniludíveis. Em consequência, todos os governos, sejam de que cor política forem, de direita como “de esquerda”, em todos os países da Europa, podem entrincheirar-se atrás deste argumento de autoridade para justificar

não poderem “fazer nada” a não ser açoitar a classe operária e as suas conquistas e tomar medidas que se traduzem na desvalorização da força de trabalho. Os critérios de Maastricht são, mormente, o argumento em nome do qual os partidos políticos historicamente saídos do movimento operário justificam a sua capitulação logo que chegam ao poder: “não podem fazer nada” a não ser respeitar os tratados, submeter-se aos critérios e, conseqüentemente, infligir golpes devastadores à classe operária.

Quando a moeda única foi instituída, um dos principais fundadores do euro disse o seguinte: *“Deixamos de poder jogar com as taxas de câmbio. Os países participantes vão-se ver obrigados a passar sem os mecanismos com que conseguiam compensar as diferenças de inflação, produtividade ou crescimento da dívida estatal entre os países. (...) O fardo do ajustamento, sempre que houver mudanças de produtividade e da procura, passará a pesar exclusivamente sobre os custos nacionais do trabalho. Os salários e todas as alavancas ligadas aos salários terão de permitir lidar com as diferenças de produtividade, senão dar-se-á um grande desenvolvimento do desemprego”⁽¹⁵⁾*. É claro: com o euro, a única “variável de ajustamento” dos governos passa a ser aquilo a que eles chamam o “custo do trabalho”.

Conforme declarava Wolfgang Schäuble, *“com o seu compromisso de praticar a austeridade, os Estados membros aplicaram simultaneamente pressão sobre si próprios”*, ao ponto de largarem voluntariamente toda a soberania política, monetária e económica.

Os critérios de Maastricht entram em choque com a luta de classes

Mas então porque se obstinam Estados membros que tantas vezes violaram os critérios de Maastricht em querer restaurá-los agora? A resposta continua a ser a mesma: a luta de classes. Todos os países da zona euro, particularmente a Alemanha, a França, a Itália, a Espanha, a Bélgica, Portugal, a Grécia, têm, no último quarto de século, sido marcados por poderosas mobilizações, que levantaram milhões de trabalhadores, com as suas organizações. Contra, nomeadamente, os projectos de contra-reforma das pensões, da segurança social, da contratação colectiva, dos direitos dos trabalhadores de um modo geral. De cada vez que o capital e o governo que o servia tentaram uma ofensiva de conjunto para desvalorizar a força de trabalho, esbarraram numa resposta potente da classe operária. Em muitos casos, o resultado de tal resposta não foi que as reivindicações fossem satisfeitas, por força, nomeadamente, da política das direcções sindicais, sempre muito atentas a não destabilizar os governos nem abalar o dispositivo do tratado de Maastricht. Não obstante, estas lutas de classe, digam elas respeito a reivindicações gerais da classe operária ou tomem elas a forma das mil e uma greves que, ano após ano, levantam este ou aquele sector da classe operária contra a política do governo e da classe capitalista, constituem obstáculos à aplicação conseqüente dos “critérios”. A impotência dos governos para “aguentar” os critérios dos 3% e dos 60%, mesmo antes da pandemia, reflectiu precisamente esta luta de classes cristalizada. Ainda assim, a classe capitalista e os governos que

País	2007	2019	3º trimestre 2020
Grécia	103,1	176,6	199,9
Itália	103,9	134,8	155,6
Portugal	72,7	117,7	130,8
França	64,5	98,1	116,5
Espanha	35,8	95,5	114,1
Alemanha	64,0	59,8	70,0
Irlanda	23,9	58,8	62,0
Letónia	8,5	36,9	44,6
Dinamarca	27,3	33,2	42,4
Rp. Checa	27,5	32,7	38,4
Suécia	39,2	35,1	38,4
Bulgária	16,3	20,4	25,3
Estónia	3,8	8,4	18,5
Total zona euro	65,9	84,1	97,3

a servem não têm alternativa: têm de se agarrar a estes critérios, que continuam a ser o instrumento fundamental da ofensiva constante contra a classe operária, juntamente com a integração nesta política dos representantes políticos da “esquerda” e das organizações oriundas do movimento operário. É por isto que, embora profundamente destabilizados pela resistência da classe operária, estes critérios de Maastricht continuam a ser necessários à ofensiva da classe capitalista.

Só que ainda vai ser preciso encontrar um acordo entre as diferentes burguesias europeias, mormente entre os grandes imperialismos (Alemanha, França...), quanto às condições do regresso aos critérios de Maastricht.

O “plano de recuperação” do BCE

Em Março de 2020, enquanto anunciava a derrogação ao pacto de estabilidade e crescimento e aos “critérios” nele incluídos, a Comissão Europeia lançava uma reflexão sobre uma evolução das regras orçamentais uma vez que se desse a recuperação. Após ásperas negociações entre os vários países da União, optou-se por um projecto de plano de recuperação europeu de 750 mil milhões de euros (incluindo 312,5 mil milhões a fundo perdido e o resto em empréstimos de longa duração e a taxas baixas), financiado, em parte, por um empréstimo comum. Era, para Merkel, uma mudança de orientação real. Mudança que nada deve a alguma benevolência repentina para com as vítimas sanitárias, económicas e sociais da Covid nos outros países da UE, antes servindo, com mais certeza, para evitar uma destabilização completa de um edifício europeu cujo flanco sul se desfazia – não deixando, ainda assim, de ir ao encontro dos interesses do patronato alemão, que precisa de continuar a exportar para os países do Sul da Europa mais afectados.

Em Maio de 2021, este plano aguarda ainda ratificação, depois

de ter sido adoptado pelos parlamentares alemães em Março de 2021 e após a recente rejeição (21 de Abril) do apelo interposto para o Tribunal Constitucional de Karlsruhe pelos seus opositores.

Se bem que esta iniciativa europeia continue a ter magnitude limitada, tanto em comparação com os fundos “estruturais” europeus clássicos para o novo período de programação como com os fundos de recuperação investidos pelo imperialismo americano, ela envolve, no entanto, uma mutualização parcial da dívida pública para financiar as verbas a afectar aos vários países (sendo a Alemanha o maior contribuinte líquido, com 40%), nomeadamente aos mais afectados pela crise sanitária e económica. Imediatamente, aliás, se fechou a união sagrada no apoio a este plano, tanto da parte da confederação sindical alemã, o DGB, como das cinco organizações sindicais francesas filiadas na CES⁽¹⁶⁾ (CFTC, CFTD, CGT, FO, UNSA)⁽¹⁷⁾. Os sindicatos dinamarquês, austríaco e holandês aderentes à CES apoiaram também a iniciativa. Não obstante, conforme se verá no final deste artigo, o plano de recuperação europeu constitui um novo espartilho, impondo aos governos nacionais condições muito estritas para as verbas serem especificamente libertadas (condições traduzidas em compromissos para levar a cabo contra-reformas anti-operárias específicas) e, igualmente, mecanismos de polícia decalcados dos da “troika”⁽¹⁸⁾ antes imposta aos países colocados sob a alçada do pacto de estabilidade e crescimento.

Paralelamente à montagem deste “plano de recuperação” de 750 mil milhões de euros financiado pelos Estados membros da UE, o BCE já em Março de 2020 estava a pôr em marcha uma política de resgate de títulos de dívida do Estado junto das instituições financeiras no valor de 750 mil milhões de euros, a crescer a 120 mil milhões já planeados. Em Junho de 2020, estes resgates eram guindados a 1,35 biliões, atingindo hoje 1,85 biliões⁽¹⁹⁾. O banco man-

teve e até diminuiu taxas de juro negativas para os empréstimos contraídos pelas instituições financeiras⁽²⁰⁾. Assistimos, de facto, a criação monetária pura. A impressora de papel-moeda a funcionar a toda a velocidade, inundando os mercados com liquidez saída... de parte nenhuma! A consequência desta criação monetária artificial e das medidas aqui descritas no seu todo é o aumento rapidíssimo do peso da dívida, como se viu no quadro reproduzido mais acima.

Entre as injeções massivas de liquidez do BCE, o plano de recuperação europeu e os planos de recuperação nacionais, o nível médio do peso da dívida era, no terceiro trimestre de 2020, de 97,3% do PIB para os dezanove países membros da zona euro, um forte aumento relativamente ao período pré-COVID de 2019 e muito acima da norma dos 60% de Maastricht.

Que consequências disso tirarão os dirigentes capitalistas? Macron já no Outono de 2019 se pronunciara pela revisão das regras de Maastricht, declarando que a regra de o défice orçamental não ultrapassar 3% do PIB pertencia a um “*debate doutro século*”. Depois veio a pandemia, e o mesmo Macron apelou a gastar a rodos, “*custe o que custar*”.

Um ano mais tarde, a 26 de Janeiro de 2021, o seu ministro da economia, Bruno Le Maire, dava mais uma martelada: “*As regras orçamentais vão ter que ser reavaliadas em função da realidade, englobando esta realidade os níveis de dívida mais altos da nossa história, as taxas de juro mais baixas da nossa história e as necessidades de investimento mais significativas da nossa história*”.

“Regressar aos critérios”... mas quais?

Para Macron, Merkel, Lagarde⁽²¹⁾ e todos os outros, vai ser preciso “voltar aos critérios”. Será... mas a que critérios?

Muitas e várias são as propostas de revisão dos critérios de Maastricht no pós-COVID. As

● DOSSIÊ

>>>

diferenças remetem para as diferenças de apreciação dos respectivos autores quanto à evolução económica e financeira futura, mas também, e sobretudo, para a sua apreciação da viabilidade das medidas avançadas. Viabilidade, considerando as situações contraditórias dos vários Estados e, sobretudo, viabilidade perante a capacidade destes para conseguirem que as populações aceitem as medidas avançadas: uma vez mais, são as questões da luta de classes que deveras entram sem convite no debate aparentemente técnico-económico sobre a redefinição dos critérios de Maastricht.

Viabilidade – sejam quais forem as variantes – é uma noção que começa por remeter para a capacidade de levar a cabo determinadas contra-reformas concebidas para deteriorar a força de trabalho. Assim, uma das propostas de reforma dos “critérios” consiste em separar a despesa pública corrente da despesa de investimento. Só a primeira (despesa social, remuneração dos funcionários, serviços públicos, pensões...) teria a sua evolução sujeita a critérios estritos (dívida má). Já a despesa de investimento – que invariavelmente se traduz na abertura de concursos públicos, portanto em compras às empresas privadas, logo garantia de lucros futuros para o capital privado – merecerá incentivo (dívida boa). É isso que preconiza, por exemplo, o reacconaríssimo Alain Minc: *“Não nos podemos endividar para pagar os salários dos funcionários. Endividar, sim, para financiar despesas com futuro, com retorno. Despesa de investigação, decerto, mas também determinadas reduções de impostos. Não é o caso de financiar uma redução do IVA, que não acarreta nenhum ganho de produtividade; já reduzir os impostos à produção melhora as contas das empresas e, por conseguinte, o investimento”* (22). Em suma: redução da parte dos salários no rendimento nacional, aumento da parte dos lucros, austeridade para o consumo popular e os serviços públicos, tripa forra nas ajudas aos capitalistas! A ladainha é a mesma do lado



Grécia, Maio de 2020, manifestação contra a nova “reforma do trabalho”

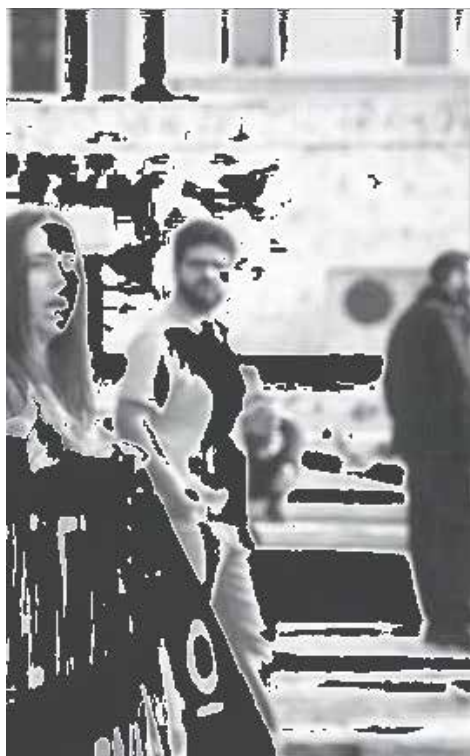
do comissário europeu para a economia, Paolo Gentiloni, que propõe deixar correr aquilo que ele designa por “dívida boa”, aquela que não serve para financiar o Estado e os serviços públicos.

Sejam quais forem as soluções propostas, dois imperativos há em que todos os dirigentes europeus concordam: por um lado, que vai ser mesmo preciso restabelecer, seja de que maneira for, critérios comuns à zona euro; por outro lado, que vai ser preciso evitar reproduzir o que eles consideram ter sido o erro de 2008, ou seja, um regresso demasiado brutal a medidas de austeridade viradas para reembolsar rapidamente a dívida acumulada durante a crise. Lembre-se que essa política tinha levado à imposição dos planos brutais da “troika”, nomeadamente nos países do Sul, onde havia provocado o levantamento de milhões de trabalhadores, em crises que se foram arrastando, especialmente na Grécia, Espanha e em Portugal. Este cenário, que os dirigentes europeus querem evitar, fá-los vacilar entre dois imperativos: mandar pagar a dívida e evitar a revolução.

Olivier Blanchard, antigo economista-chefe do FMI, propõe suprimir pura e simplesmente o princípio de normas quantitativas

idênticas para todos os países. Apoiam-no Alvaro Leandro, um investigador da CaixaBank, e Jeromin Zettelmeyer, antigo economista-chefe do ministério da economia alemão, hoje no FMI, que publicaram um documento conjunto em 22 de Fevereiro de 2021⁽²³⁾. Em vez de critérios únicos, introduzir-se-iam critérios diferenciados assentes na avaliação da “sustentabilidade” das finanças públicas de cada país: *“Cada país poderia traçar para si uma trajetória de médio prazo para as suas finanças públicas, a cinco ou dez anos. Em seguida, a Comissão ou validaria ou pediria correções, caso entendesse que o caminho escolhido não era sustentável. Competiria depois ao Conselho Europeu, por maioria qualificada, ou mesmo ao Tribunal de Justiça da União sancionar um mau aluno que não respeitasse a trajetória”* (24). Com um sistema assim, pouco sobraría da soberania dos países membros, à mercê do poder de decisão e controlo da Comissão Europeia. Só que tal mudança implicaria uma revisão dos tratados, tendo de ser aceite pelos Estados membros por unanimidade. O que está longe de estar ganho.

Clément Fuest, o presidente do instituto de investigação económica



de Munique, o IFO, que presidiu ao grupo de peritos encarregado de aconselhar o ministro das finanças da Alemanha, propõe, por seu lado, desistir de uma regra rígida e pôr o foco no controlo da despesa pública: “Cada país comprometer-se-ia a respeitar uma trajectória de despesa, de modo que o rácio de endividamento público diminuísse no longo prazo. Um governo que decida gastar mais terá de financiar essa demasia com um aumento de impostos. Inversamente, um país não deve ser obrigado a cortar os seus programas, nomeadamente sociais, em época de recessão”⁽²⁵⁾. Do mesmo modo, o Comité Orçamental Europeu,

órgão consultivo bruxelense, independente da Comissão, mas por ela atentamente escutado, acha que a percentagem de aumento da despesa pública não devia superar a do PIB do país ponderada pela magnitude da dívida.

Conseguir fazer pagar a dívida... sem provocar explosões revolucionárias

Todas estas propostas têm em comum o facto de imporem que sejam os trabalhadores e os povos a arcar com o peso da dívida, mediante reduções da despesa pública, dos salários, da protecção social e dos serviços públicos, sempre tentando evitar provocar explosões revolucionárias, que medidas demasiado rápidas e brutais tenderiam, sem dúvida, a alimentar. Sejam quais forem as diferenças entre elas, todas estas propostas esbarram numa mesma dificuldade: como conseguir que os Estados membros aceitem, como um todo, esses novos critérios?

O medo de ver a União Europeia atolar-se numa crise política e institucional gerada por uma renegociação dos critérios e, mais ainda, o medo da crise social que uma política de austeridade imposta após o fim da pandemia não deixaria de causar, levam o banqueiro belga Bruno Colmant, presidente do banco Degroof Petercam, a declarar que é urgente “não

mudar nada” e continuar a “fazer de conta”. A seu ver, não há a re-crear nenhuma crise, dado que o BCE pode continuar a criar moeda ou renovar a dívida à medida que ela vá vencendo⁽²⁶⁾.

Já o primeiro-ministro italiano, Enrico Letta, manifesta os mesmos medos, partilhados por numerosos observadores do seu país, sugerindo que o BCE conserve a dívida muito duradouramente, sem exigir o seu reembolso imediato e que se revejam os critérios de Maastricht, integrando “*lado a lado com os objectivos financeiros e orçamentais (...) critérios sociais, em matéria de educação, saúde e salário mínimo*”⁽²⁷⁾.

Põe-se, uma vez mais, o problema da dificuldade de mudar os critérios. Haverá outra maneira? pergunta-se noutros círculos dirigentes do capital financeiro. François Ecalle⁽²⁸⁾ (*La Croix* de 22 de Dezembro de 2020) salienta que não se sabe exactamente qual é a taxa para lá da qual um endividamento público deixa de ser sustentável (os japoneses vão em 250% do PIB). O que é facto é que o critério dos 60% do PIB que está nos tratados não é rígido: para passar na revista, basta que um país esteja em rota descendente de aproximação ao limite ou demonstre a sua capacidade de estabilizar a dívida. Quando acabarem as circunstâncias excepcionais actuais, é concebível que a norma regresse. Por difícil que seja aos países do Sul retornar à norma, ainda mais difícil será conseguir a unanimidade entre os Estados membros necessária para modificá-la. O problema posto pelo reembolso da dívida (capital e juro) não é, para já, um problema de juros, dadas as taxas baixíssimas garantidas pelo BCE. O problema é o capital (o stock de dívida) que não pára de aumentar. Ora, caso a inflação se reacenda quando se regressar à actividade “normal”, o BCE ver-se-á obrigado a aumentar as suas taxas e a limitar, conseqüentemente, os apoios à economia. A solidariedade entre os países da União poderá então, com o endividamento crescente dos países do Sul, fracturar-se. Os mercados



Alemanha, numa fábrica da Volkswagen

● DOSSIÊ

>>> financeiros poderão apostar na explosão da zona euro, e a situação poderá tornar-se difícil para um país como a França.

Há, por fim, quem se alarme com o “laxismo” monetário, caso dos responsáveis políticos dos países “frugais” ou dos adeptos da ortodoxia financeira na Alemanha, que poderão regressar em força, à boleia das próximas eleições no país, no mês de Setembro. O antigo governador do Banco de França, Jacques de Larosière, explicava, assim, em Maio de 2020, que “a crise do coronavírus só veio amplificar a crise financeira que se avizinhava e cuja causa era, uma vez mais, o excesso de endividamento”⁽²⁹⁾. Sem deixar de apoiar as medidas excepcionais e colectivas tomadas durante a crise, apelava a que, quando acabasse a crise, se pusesse termo à liquidez gratuita a taxas baixas ou mesmo negativas e ao endividamento crescente, pois tal dinheiro fácil não incentivava o investimento produtivo, propiciando, pelo contrário, o investimento em liquidez e especulativo.

Os dois pilares da sobrevivência da União Europeia

Não existe, na actualidade, no ponto de vista do capital financeiro, nenhuma solução realmente viável de saída de crise. Há, em contrapartida, duas balizas: a primeira é que tem de haver critérios de convergência, sejam eles embora artificiais e inaplicáveis, sejam eles impossíveis de rever. A segunda é que não se pode questionar a existência da dívida. Estes dois elementos constituem os iniludíveis pilares da sobrevivência da instituição “União Europeia”, por maior que seja a crise em que se encontra, pois é mais

necessária do que nunca. Foi o que, por exemplo, se viu quando uma centena de economistas agrupados à volta de Thomas Piketty avançou a ideia de a dívida pública não ser reembolsada, especialmente a dívida contraída para com o BCE e outros bancos centrais, nas condições evocadas mais atrás. O argumento de Piketty e seus confrades era de que estava em causa anular uma dívida contraída pelos Estados junto do BCE e dos bancos centrais, quando são os próprios Estados os accionistas do BCE e dos bancos centrais. Seria, assim, explicavam, um simples jogo de escrituração contabilística, de saldo nulo: anulação de uma dívida devida pelos Estados a si próprios por bancos centrais interpostos (insistindo eles em que nenhum credor privado ficaria lesado, de modo a sossegar os detentores de capitais privados). Se bem que factualmente exacto, o raciocínio deu escândalo. Para Christine Lagarde, a presidente do BCE, aliviar a dívida é “inconcebível”⁽³⁰⁾, porquanto seria “violiar o tratado da União Europeia”. Mais martelando: “todos os países da zona euro sairão desta crise com dívidas significativas, e não há a mínima dúvida de que conseguirão reembolsá-las”. E insti-

gando a que a concessão de empréstimos bancários passe a ser determinada pelo “crescimento, pela concorrência e pela inovação (...) é por aí que se dará a selecção natural das empresas”. Selecção natural das empresas... À atenção de quem ainda não tivesse compreendido, o BCE traduziu de imediato a ordem, num relatório adoptado no mês de Abril, consagrado à “prevenção da insolvência das empresas”⁽³¹⁾. O relatório incentiva a selecção das empresas pela selecção do financiamento: financiem-se as “empresas viáveis”. Quanto às crismadas de “empresas zombie”, o BCE recomenda que se lhes feche a torneira financeira. Ficam, deste modo, ameaçados de destruição a breve trecho os “empregos zombie” dos milhões de trabalhadores “zombie” por toda a Europa condenados a dar por si privados de trabalho por ordem do BCE.

Este protesto da sra. Lagarde encerra um caso sério. Transferir uma dívida que se encontra, para já, nas mãos do BCE e dos bancos centrais para os próprios Estados, ainda que não passasse de um exercício de contabilidade, acabaria por enfraquecer apreciavelmente o papel e o poder das instituições europeias, o papel de polícia encar-



Outubro de 2020: os operários italianos impõem a prorrogação da proibição de despedir.

regada de prevenir fraquezas governamentais na guerra contra a classe operária. Mais do que nunca importa que essas instituições desempenhem esse papel, ainda que seja só para deixar na mesma critérios formalmente inaplicáveis, mas cuja existência é exactamente o que permite usá-los como coercivo de políticas anti-operárias.

Principiaram as grandes manobras de preparação da vaga de austeridade anti-operária

Ao escrevermos estas linhas, já levam andadura as grandes manobras de preparação de uma onda de austeridade anti-operária de extensão sem precedentes. O “plano de recuperação e resiliência” da União Europeia (os 750 mil milhões) é uma sua mola central. Tudo se pauta por um suposto fim da pandemia, quando é difícil dizer quando ele ocorrerá, a que ritmo e que forma revestirá. Se bem que as condições sanitárias pareçam, para já, estar a desanuviar-se na Europa Ocidental, não é assim em todo o continente. Menos ainda o é à escala internacional: a situação na Índia, por exemplo, mantém-se dramática. Seja como for, os capitalistas e os governos têm já a mira fixa no horizonte do pós-pandemia. Certo é, sim, que a própria pandemia tanto tem sido problemática como prenhe de recursos, no sentido forte do termo, para os capitalistas.

Com seis dias de intervalo, a Assembleia Nacional francesa votou por unanimidade 343 mil milhões de euros (que entretanto subiram a 560 mil milhões) que, no essencial, foram parar às empresas, que meteram os lucros ao bolso e despediram em massa; e o Bundestag alemão votou quase por unanimidade (faltaram os votos de 30 deputados do partido *Die Linke*) 1,2 biliões que, no essencial, foram igualmente parar aos capitalistas, a empresas como a Daimler-Benz e a Volkswagen, que registaram aumentos de lucros e resultados significativos (enquanto o sindicato dos met-

alúrgicos assinava um acordo salarial praticamente sem aumentos).

Enquanto isto, os governos aproveitaram a ocasião que lhes era proporcionada para incentivar a destruição massiva de empregos e a generalização da precariedade. A pobreza tem experimentado uma expansão significativa e duradoura ao longo dos últimos 15 meses, enquanto os governos têm continuado a arremeter contra os serviços públicos em todos os domínios.

Não há dúvida, todavia, de que isto não é nada em comparação com o que se prepara.

A magnitude da dívida acumulada passou a representar uma arma nas mãos dos governos e dos patrões para trazer para a ordem do dia uma ofensiva sem precedentes contra os trabalhadores e a juventude. Um responsável político tão representativo dos interesses da classe capitalista como Mario Draghi, que presidiu durante muitos anos ao BCE e que é hoje o presidente do conselho (primeiro-ministro, em Itália) declarou a 16 de Maio de 2021 “*recrear uma explosão do desemprego de massas*” no seu país quando, nos próximos meses, for levantada a proibição dos despedimentos decretada em Março de 2020. O artigo⁽³²⁾ que relata estas declarações evoca a possibilidade de um milhão de desempregados adicionais. Seria com certeza concebível manter a proibição dos despedimentos, só que tal iria de encontro à concorrência livre e sem entraves, princípio da União Europeia. Draghi tanto está preocupado com a explosão do desemprego de massas como prepara as medidas que acabarão por dar nele. É a lógica dos critérios, os de ontem, de hoje e de amanhã.

Os trabalhadores têm de se preparar. Estão na ordem do dia as maiores lutas de classe. No âmbito da União Europeia, o debate sobre o regresso dos critérios de Maastricht nada tem de teórico ou de filosófico. Nada indica que o debate encontre rapidamente uma conclusão. Porém, conclusão

ou não, a sua função política e social é essencial: lembrar que o espartilho existe, controlado estreitamente de Washington, que exige dos governos, seja qual for a respectiva cor política, que ponham como primeiro ponto da sua ordem do dia a redução dos défices e da dívida e, logo, o ataque contra as massas.

As somas gigantescas que, em nome da dívida, hão-de regressar ao tesouro público, ao BCE e, consequentemente, directa ou indirectamente, aos cofres fortes dos capitalistas, terão de ser extorquidas directamente do valor da força de trabalho. Assim fica clara a questão central para o movimento operário, a questão da posição tomada pelas suas organizações.

Todos os partidos “de esquerda”, sejam eles membro do bloco central, como acontece na Alemanha, ou membros de facto da união sagrada, como é o caso em França, participam, pelo menos para já, destas medidas, das passadas, mas também das vindouras. Assim, o planeamento financeiro do Senado vermelho-vermelho-verde (SPD, *Die Linke* e os Verdes de Berlim) apela “*a uma travagem a fundo em 2022*” da despesa, com redução de lugares e redução global da despesa e do investimento. A votação por unanimidade dos partidos “de esquerda” destes dois países, mas também a adopção destes planos de recuperação pela “esquerda no poder” em Portugal, em Espanha, a participação da “esquerda” nos governos e respectivas políticas de austeridade em Itália e noutros países são outros tantos elementos indicativos do sentido em que as coisas se orientam. Na própria França, o governo de Macron, ao apresentar, pela boca do seu ministro da economia, o plano de recuperação francês em Bruxelas, no dia 27 de Abril de 2021, referiu claramente que se comprometia a levar a cabo as reformas exigidas há vários anos por Bruxelas, vincando o ministro da economia que ficava, assim, na ordem do dia “a necessidade de reformar o sistema de pensões” para “aligeirar a dívida pública”.

● DOSSIÊ



Preparam-se as maiores lutas de classe

Repita-se: preparam-se para o próximo período as maiores lutas de classes. Elas põem na ordem do dia uma mesma questão para todos os trabalhadores do continente: a necessidade de ruptura com os ditames da União Europeia. Aceitar o quadro fixado equivale a aceitar atrelar as organizações operárias à carroça da classe capitalista. Aceitar o quadro da União Europeia é aceitar subordinar as reivindicações operárias às exigências da classe capitalista – e, repita-se, no período que aí vem, essas exigências serão mais assassinas do que nunca.

A unidade da classe operária, partindo das suas reivindicações específicas, incidam elas no emprego, nos salários, nas condições de trabalho, nas pensões, na segurança social ou nas garantias arancadas na luta de classes como um todo, essa unidade terá, seja qual for o país, de integrar as seguintes palavras de ordem, na forma que for:

– “Não ao regresso dos critérios de Maastricht, seja qual for a sua forma, modalidades e transformações”;

– “Confisco dos 560 mil milhões votados pelos capitalistas em França, dos 1,2 biliões votados na Alemanha, dos seus equivalentes nos vários países, reafectando-os à preservação do emprego, da segurança social, das pensões, dos hospitais, do ensino e dos serviços públicos como um todo”;

– ficando, no mais, posta a questão da revogação do Tratado de Maastricht e de todos os tratados europeus.

A independência do movimento operário é indissociável da democracia, contra a qual a União Europeia atenta sem descanso. Ela põe na ordem do dia o desmantelamento das instituições da União Europeia, cuja fundação é o euro e, logo, a anulação da dívida e a ruptura com as políticas de austeridade que dela decorrem. O desmantelamento destas instituições é condição da soberania dos

povos. Em cada país, de forma adaptada, o poder tem que voltar para o povo, o único que pode determinar quais as condições da sua rejeição das instituições da União Europeia e da imposição da revogação dos tratados, mas também como é que cada um há-de poder, soberanamente, em obediência à democracia, estabelecer relações de igual para igual com todos os outros povos da Europa, primeiro passo para os Estados Unidos Socialistas da Europa, livres da opressão, da exploração, da guerra e das oposições fratricidas entre os povos. ●

**Gaston Blanchard,
Pierre Cise, Daniel Gluckstein**

(1) A Comissão e o Conselho consideraram que “*estão reunidas as condições para ativar a cláusula de derrogação de âmbito geral, pela primeira vez desde a sua criação, em 2011, e solicita ao Conselho que aprove esta conclusão por motivos de clareza perante os Estados-Membros. A cláusula de derrogação de âmbito geral não suspende os procedimentos no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Permitirá à Comissão e ao Conselho adotar as necessárias medidas de coordenação de políticas no quadro do Pacto, desviando-se dos requisitos orçamentais que se aplicariam normalmente aos Estados-Membros.*”. (COM(2020) 123 final, de 20/3/2020). Todo o poder para registar os “desvios” nacionais e actuar sobre eles fica, deste modo, nas mãos da Comissão, mesmo durante o período da derrogação. Assim, nos documentos do “semestre europeu” de que a Comissão se serve para ditar a política orçamental aos governos antes de eles a apresentarem aos parlamentos nacionais, a Comissão regista os desvios nacionais como “violações” das obrigações do pacto, acrescentando, entretanto, não propor medidas de sanção, nesta altura, em virtude da cláusula de

derrogação geral.

(2) Lembrete cronológico: quando o Tratado de Maastricht foi assinado, no dia 7 de Fevereiro de 1992, doze países pertenciam à Comunidade Económica Europeia. Onze desses doze países (todos menos o Reino Unido) envolver-se-ão igualmente na criação da zona euro. O Tratado de Maastricht instaura a União Europeia, que substitui a CEE. Aos doze países da CEE juntar-se-ão outros, contando hoje a UE oficialmente 27 países, dezanove dos quais pertencem também à zona euro.

(3) Como o BCE passou a ter autoridade de supervisão directa sobre os grandes bancos da zona euro, portanto, à data, uns 115 bancos, conforme os anos e as fusões entre bancos. Desde 2014 passou inclusive a ter o direito de escrutinar todos os outros bancos da zona. Os bancos centrais nacionais passaram a ser meras sucursais do BCE.

(4) Para mais pormenor quanto a esta política e os seus efeitos, remete-se para o nº 17 d’A Internacional de Fevereiro de 2020 (“*Em que Situação Está a Economia Mundial?*”) e para o nº 18/19 de Julho de 2020 (“*Falência do Capitalismo, Actualidade do Socialismo*”).

(5) “*A extracção de mais-valia relativa (forma 1) pelo aumento da produtividade do trabalho, com o corolário da diminuição do valor dos meios de subsistência à sua disposição, constituiu, repescando a fórmula de Marx, ‘um poderoso factor de revolução nas condições de produção’. Hoje, pelo contrário, a parte predominante ocupada pela extracção de mais-valia relativa da forma 2 – portanto, na forma de, pondo a rolar a roda da história no sentido inverso, se subtraírem ao valor da força de trabalho algumas das suas componentes mais importantes, como a segurança social, a contratação colectiva, a majoração das horas extraordinárias, a garantia de trabalho a tempo inteiro, etc. – conduz à substituição*

do processo anterior de “revolução nas condições de produção” por um processo de “contra-revolução nas condições sociais de produção (...) [tendo] como objectivo e resultado reduzir a capacidade de consumo das massas”. Daniel Gluckstein, *Luttes des classes et mondialisation*, SELIO, 1999, página 178.

(6) Leia-se, nesta matéria, o artigo de Christel Keiser “Fustigada pela Crise Mundial, a União Europeia desfaz-se”, no nº 65 de *La Vérité*, de Fevereiro de 2009. Recorde-se aqui a declaração de Madeleine Albright de 1998, na altura secretária de Estado para os negócios estrangeiros da administração Clinton: “A NATO não é a única organização que começou a acolher novos membros. Nós apoiamos o início das discussões preparatórias da adesão entabuladas com a República Checa, Chipre, a Estónia, a Hungria, a Polónia e a Eslovénia. Temos confiança em que este processo venha a integrar posteriormente outros países da Europa Central, assim como a Turquia. Esperamos que a União Europeia faça progressos tão rápidos quanto possível, pois a NATO não pode garantir segurança militar onde não há segurança económica. A América tem apoiado todos os esforços envidados pelos europeus no sentido do aprofundamento da integração económica, e tem-no feito desde que começou a Comunidade Económica do Carvão e do Aço e até ao mercado único. Hoje estamos apoiando a criação de uma moeda única e fazemo-lo com confiança, pois a União Europeia ir-se-á desenvolver na abertura de perspectivas e acessos.”

(7) Daí as tentativas de instaurar outros instrumentos – o Pacto de Estabilidade (1997), o TSCG (2011)... – para obrigar os governos a pautarem-se por trajetórias orçamentais (programa de estabilidade).

(8) *Luttes des classes et*

mondialisation, id.

(9) Citado em *Luttes des classes et mondialisation*, p. 240, “Não consigo lembrar-me de um único momento na história em que tanto poder tenha sido abandonado com tanta sofreguidão”.

(10) O PIB, ou Produto Interno Bruto, representa o valor total da produção de bens e serviços de um país, deduzido do valor dos bens e serviços que participaram nessa produção.

(11) À época desta declaração, Schäuble era dirigente da Democracia Cristã. Primeiro foi ministro do interior, depois ministro das finanças de Angela Merkel de 2009 a 2017. A citação provém de um artigo de Schäuble no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* de 17 de Setembro de 1997.

(12) Filial do banco de financiamento e de investimento francês Natixis. O artigo, datado de 15 de Março de 2021, intitulado “Os Critérios de Maastricht, Resíduo de um Mundo Antigo”, pode ser consultado no site da empresa (https://www.ostrum.com/sites/default/files/2021-03/2021-03-15%20FR_OSTRUM_MyStratWeekly.pdf).

(13) www.touteurope.eu/economie-et-social/la-dette-publique-des-etats-de-l-union-europeenne/

(14) As sanções vieram muitas vezes dos mercados financeiros, que se encarregavam de “punir” o país divergente, lançando, nomeadamente, vagas especulativas destinadas a fazer subir as taxas de juro da dívida e exercendo pressão sobre a economia do país para obrigar o respectivo governo a voltar ao bom caminho e a aplicar as medidas de austeridade reclamadas pelo capital financeiro.

(15) Trata-se de Hans Tietmeyer, que foi o último presidente do Banco Central Alemão antes da criação da moeda única, considerado um dos fundadores históricos do euro. Esta

passagem é extraída de um discurso proferido em 1997, citado em *Lutte des classes et mondialisation*, p. 242.

(16) A (mal) chamada Confederação Europeia dos Sindicatos.

(17) “A iniciativa franco-alemã apoiada pelo movimento sindical”, *Liaisons sociales Europe*, 28 de Maio de 2020.

(18) FMI, BCE e Comissão Europeia.

(19) Boletim Económico nº1, BCE, 2021, p. 4.

(20) *Option finance* de 20 de Julho de 2020.

(21) Directora geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) e antiga ministra das finanças do presidente francês Sarkozy.

(22) “Distinguir dívida boa e dívida má é o que deve estar no centro da nossa reflexão”, *Le Figaro*, 17 de Fevereiro de 2021.

(23) “Le débat monte autour des règles budgétaires européennes”, *Le Monde économie*, 23 de Fevereiro de 2021.

(24) “Dette publique, déficit: et si l'Europe en finissait avec les critères de Maastricht?”, *L'express*, sítio web, 7 de Dezembro de 2020.

(25) *ibid.*

(26) *ibid.*

(27) *ibid.*

(28) Presidente da Fipeco (sítio de informação sobre finanças públicas), antigo magistrado do Tribunal de Contas,

(29) “Uma resposta colectiva à crise é vital para a UE”, *L'AGEFI hebdo*, 7 de Maio de 2020.

30 – Entrevista ao *Journal du dimanche*, 7 de Fevereiro de 2021.

31 – *Prevention and management of a large number of corporate insolvencies*, Abril de 2021, European Systemic Risk Board.

32 – *Les Echos*, 16 de Maio de 2021.

● DOCUMENTO

México: contradições de um governo bonapartista e tarefas da Liga Comunista Internacionalista (LCI-CORQI)

Estamos alcançando a metade do mandato presidencial de Andrés Manuel López Obrador (AMLO). O seu governo, cheio de contradições, actua no contexto da crise económica e da pandemia, que golpearam desastrosamente a nação. Acresce-lhe a pressão do imperialismo, cuja intenção é atentar ainda mais contra a soberania e aumentar a exploração da classe operária mexicana.

A ADMINISTRAÇÃO de Joe Biden pretende passar à prática os mecanismos jurídicos do Tratado México-Estados Unidos-Canadá (T-MEC⁽¹⁾), por forma a impedir reformas progressistas por parte do governo Obrador e a manter os acordos migratórios que acarretam a militarização do país.

Obrador chegou à presidência graças ao voto massivo de milhões de mexicanos com o mandato de acabar com a política de subjugação ao imperialismo e aos partidos do antigo regime. No entanto, a destruição deixada pelos últimos governos, as sucessivas reformas constitucionais e os compromissos com sectores do pa-

tronato puseram o seu governo a oscilar entre a continuidade com as políticas de submissão ao capital multinacional e a aplicação de programas sociais de assistência e de reformas tímidas. O divórcio da base dos movimentos sociais que o levaram ao poder torna-se cada dia mais visível.

As eleições intermédias de Junho de 2021 marcaram o rumo da chamada “Quarta Transformação”⁽²⁾. A oposição patronal⁽³⁾ aposta em reforçar-se na perspectiva das eleições presidenciais⁽⁴⁾, capitalizando o descontentamento e a desilusão de alguns sectores com o governo, sobretudo o descontentamento com más administrações locais, os efeitos da pandemia (mortes, desemprego) o aumento da violência e da insegurança e a decomposição acelerada do MORENA, o partido do presidente.

Apesar disto, as sondagens mostram que o MORENA conseguirá a maioria no parlamento e nos governos locais, mas sem maioria qualificada na câmara de deputados, devendo, por isso, aliar-se a outros partidos para governar nos próximos três anos.

Neste cenário, as direcções dos movimentos sociais e das organizações operárias que resistiram durante as últimas décadas mantêm-se passivas, depositando a sua confiança no governo e aguardando que as reformas cheguem “de cima”, desmobilizando a base com o argumento de não “boicotar o governo popular”, de “não fazer o jogo da direita”, justificando a sua aliança com o governo pelo “possibilismo”⁽⁵⁾, recusando-se a abrir

uma perspectiva. Entretanto, as organizações corporativas (organização camponesas e sindicatos operários oficiais integrados no regime, federações de empresários – nota da tradução) se adaptam às novas circunstâncias com a aprovação das autoridades.

Apesar disso, há sectores da classe operária que resistem instintivamente: têm aumentado as mobilizações nas empresas, as greves e conflitos laborais. O mesmo noutros sectores, como as mulheres, que protagonizaram mobilizações massivas durante este mandato, ou os movimentos que se opõem ao saque dos recursos naturais e da terra⁽⁶⁾. Não obstante, o denominador comum é a ausência de perspectiva geral, de consciência de classe, ou seja, de organizações independentes e democráticas que possam dar um conteúdo de classe às reivindicações. Isto põe na ordem do dia a tarefa de construção de uma central sindical independente e de um partido operário independente.

AMLO: um governo bonapartista

López Obrador chegou à presidência à terceira vez que se candidatou.

Em 2006, o governo do PAN⁽⁷⁾ impôs pela fraude o candidato Felipe Calderón.

Em 2012, foi a vez de Enrique Peña Nieto, candidato do PRI⁽⁸⁾, que foi também acusado de comprar votos e de manipulação eleitoral⁽⁹⁾.

Estas duas presidências foram as que mais longe foram nas reformas constitucionais para acabar



Andrés Manuel López Obrador em 2018

com as conquistas da revolução mexicana. Impuseram contra-reformas laborais e das pensões, avançaram com a privatização do sector do ensino, abriram o sector da energia à iniciativa privada nacional e internacional e levaram a cabo uma política de militarização no território nacional.

A resistência do povo do México manifestou-se em grandes mobilizações pela defesa dos direitos e da soberania, mas a ausência de unidade e de direcção independente, juntamente com a repressão, impediram as massas de avançar mais.

López Obrador, um político nacionalista burguês com discurso “anti-neoliberal”, conseguiu canalizar o descontentamento social em torno da sua pessoa. Tanto em 2006 como em 2012, apresentou-se às eleições presidenciais com um programa que reatava em parte com as reivindicações das mobilizações populares. Aglomeraram-se à sua volta intelectuais, organizações sindicais, dirigentes sociais e uma multidão de comités de apoio popular. Em 2013, rompeu com o PRD⁽¹⁰⁾ e legalizou como partido político o Movimento de Regeneração Nacional (MORENA).

O mandato de Peña Nieto caracterizou-se pela aplicação de reformas estruturais a marchas forçadas e por forte descontentamento social.

O desaparecimento de 43 estudantes da escola normal de Ayotzi-

napa foi, nessa altura, o catalisador da crise política. Centenas de milhares de mexicanos mobilizaram-se para exigir que os jovens reaparecessem vivos e que o governo se demitisse.

Peña Nieto manteve-se no poder graças ao apoio dos grupos do poder, das forças armadas e dos meios de comunicação social.

Em 2018, o descrédito dos candidatos dos partidos tradicionais à eleição presidencial, que reivindicavam um programa de agravamento das contra-reformas, contrastava com a força popular em volta de Obrador e dos movimentos sociais que o sustinham. Em tais condições, uma nova fraude eleitoral pareceu às elites no poder e à oligarquia uma opção de alto risco, ao poder deflagrar uma insurreição popular.

Sem representação própria, as massas populares agarraram-se a Obrador. O voto que lhe deram foi um mandato para acabar com a política de destruição dos governos anteriores e bater o regime. A oligarquia, por seu lado, teve que aceitar o sacrifício, para conseguir barrar o descontentamento social e restabilizar o regime.

Em 2018, ao contrário de eleições anteriores, Obrador apresentou um programa de governo moderado, que se limitava a prometer programas sociais para os mais pobres e uma luta geral contra o neoliberalismo. Apresentou-se às eleições em aliança com o Partido do Trabalho (PT)⁽¹¹⁾ e par-

tidos de direita: o Partido Verde⁽¹²⁾ e o Partido Encontro Social⁽¹³⁾, representativos de posições claramente contrárias às lutas populares.

Numa experiência semelhante às dos últimos anos no Brasil, na Bolívia, no Uruguai... em que este género de personagens “progressistas”, “de esquerda” se alcançaram ao poder estribados em mobilizações populares que cristalizavam lutas de muitos anos contra as políticas pró-imperialistas, constituiu-se um governo bonapartista, que como Trotsky explicou, é:

“(...) o regime em que a classe economicamente dominante, dispondo embora dos meios necessários para governar com métodos democráticos, se vê obrigada – para preservar a sua propriedade – a tolerar o domínio sem controlo de um “salvador” coroadado. Este tipo de situação surge quando as contradições de classe se agudizam particularmente; o objectivo do bonapartismo é prevenir explosões. (...) um “regime pessoal” que se içe acima da democracia e concilia as duas partes, mas sem deixar de proteger os interesses da classe dominante.”¹⁸

O programa destes governos de “esquerda” não era o programa da revolução socialista (apesar de, nalguns casos, como a Bolívia e a Venezuela, dissessem que sim), mas o da preservação do capitalismo com algumas reformas, para travar as mobilizações populares. Nascidos da contradição: da crise de legitimidade política, da crise dos partidos tradicionais, da imaturidade do factor subjectivo, ou seja, da ausência de uma direcção revolucionária.

A sua base eleitoral concentrou-se na população mais empobrecida, despolitizada e desorganizada, amarrada a programas de assistência social estabelecidos pelo Banco Mundial para fomentar a dispersão e evitar a organização popular independente.

Os partidos de massas e as suas organizações passaram por um processo de integração no Estado, de co-optação e destruição interna.

>>>

● DOCUMENTO

>>> Este processo durou vários anos, como no caso do PT do Brasil. No México, afigura-se que a pressão imperialista e a margem de manobra reduzida estão acelerando o processo no MORENA.

O balanço de 20 anos destes governos de “esquerda” na América Latina é que, ao passo que não houve nenhum avanço que pusesse em causa a propriedade privada, se aplicou, sim, a política do “neo-desenvolvimento” de lançamento de grandes projectos, em muitos casos pertencentes ao capital multinacional (com a concomitante apropriação de terras e pilhagem e roubo às escâncaras de recursos naturais), reforçando o carácter dependente e exportador das economias latino-americanas. Os trabalhadores não viram as suas reivindicações senão muito parcialmente satisfeitas.

Se bem que estas personagens aplicassem um programa burguês, nem por isso granjearam o apoio do governo dos Estados Unidos, que via nas suas origens populares um perigo potencial, vista a legitimidade de que dispunham junto da população e a sua capacidade latente de mobilização, conforme se demonstrou na Venezuela e, mais recentemente, na Bolívia, onde a população repeliu as tentativas de golpe de Estado.

Além destas experiências pontuais, a derrota da maior parte destes governos às mãos dos sectores ligados ao imperialismo obedeceu ao desenvolvimento destas contradições, além de à corrupção fruto da integração das organizações populares no Estado burguês. Deste modo conseguiram aceder ao poder colaboradores abertos do imperialismo, como Jair Bolsonaro no Brasil⁽¹⁵⁾.

Contradições no governo López Obrador

López Obrador caracterizou-se por tentar responder parcialmente às massas, impulsionando iniciativas contra a corrupção e reformas para satisfazer a sua base eleitoral, do mesmo passo que buscava acordos com as câmaras patronais e outros grupos de pressão para

garantir a estabilidade.

Os programas sociais de assistência⁽¹⁶⁾, aa campanhas contra o roubo de combustíveis e a corrupção, os inquéritos judiciais contra os governadores estaduais e a chamada “austeridade republicana”⁽¹⁷⁾ têm o aplauso da maioria dos mexicanos, que, segundo as últimas sondagens, dão 61% de satisfação ao presidente.

O seu governo assume também, porém, a responsabilidade da continuidade dos programas do chamado “período neoliberal”, tentando o seu governo respeitar os compromissos internacionais e os sectores da burguesia que lhe deram o seu apoio.

Por muito estridente que seja,, a oposição representada pelos partidos tradicionais e pelo grande patronato tem-se mantido, pelo menos por enquanto, dentro do quadro legal, só oferecendo resistência pontualmente, quando para isso dispõe do aval do imperialismo.

É na relação com o imperialismo norte-americano que os limites e avanços do governo Obrador se revelam mais claramente, como expomos no que se segue.

Pacto migratório e militarização

Mantém-se a política de militarização herdada das administrações anteriores. Mormente o Plano Mérida e o ASPAN⁽¹⁸⁾, acordos que serviram ao governo norte-americano para impor a pretenção “guerra contra a droga” e a intervenção das suas agências de segurança no México.

Se bem que tenha dado outra orientação à luta contra o narcotráfico, investindo contra as condições de pobreza que estão na sua origem, Obrador reforçou, do mesmo passo, o exército, concedendo-lhe aumentos orçamentais e a impunidade dos oficiais pelos crimes passados⁽¹⁹⁾.

Além disso, criou-se uma nova força de repressão: a Guarda Nacional, afecta à luta contra o narcotráfico. Está-lhe cometida a execução do Pacto Migratório assina-

do com a administração Trump, nos termos do qual o México se compromete a reduzir o fluxo de migrantes oriundos da América Central e a receber migrantes expulsos dos Estados Unidos que aguardam o processamento do pedido de asilo nos Estados Unidos⁽²⁰⁾.

Este acordo foi aceite sob a ameaça de Trump de impor direitos aduaneiros até 25% sobre os produtos mexicanos, o que teria posto a economia mexicana de joelhos, pois 81% da sua produção é exportada para os Estados Unidos. Assim se mostrando que a dependência da economia norte-americana se acentuou desde que entrou em vigor o Acordo de Comércio Livre Norte-Americano (NAFTA), em 1994, reduzindo a margem de soberania da nação.

T-MEC e soberania nacional

Em contradição com as suas anteriores críticas ao NAFTA, Obrador assinou o novo tratado T-MEC, que actualiza o tratado anterior, renegociado debaixo da pressão do governo norte-americano, que visava melhorar a seu favor as condições de troca, a regulamentação e a resolução de diferendos comerciais.

O T-MEC é o principal obstáculo à recuperação da soberania, nomeadamente por determinar que os diferendos comerciais serão dirimidos em tribunais internacionais que escapam à soberania dos poderes nacionais (legislativo e judiciário). Com este tratado, os investidores estrangeiros têm todas as garantias, mormente nos sectores da energia.

Durante as negociações do T-MEC, as direcções políticas e sindicais realçaram os “*aspectos positivos do tratado*”, especialmente a passagem a energias limpas e renováveis, a promessa de liberdade sindical e de aumento dos salários. Um ano depois da promulgação, tais “bondades” mostraram a sua verdadeira face de maçãs envenenadas.



AMLO na assinatura do Tratado México-Estados Unidos-Canadá (T-MEC) em 2019

Recursos naturais

A questão da reapropriação e da protecção dos recursos naturais foi um elemento central nas lutas do povo mexicano, particularmente a questão da terra, das minas, do petróleo e da água.

Em resposta às mobilizações sociais em defesa da água, Obrador teve de tomar medidas para limitar a pilhagem feita por empresas como a Coca Cola e a Bonafont, especialmente no Sudeste do país. Mandou investigar concessões e impugná-las quando tivessem sido obtidas ilegalmente ou de modo corrupto.

No Norte, a luta contra a instalação da empresa Constellation Brands (que produz a cerveja Corona) no vale de Mexicali, que ameaçava o abastecimento de água da população desta área semi-desértica, mobilizou dezenas de milhar de mexicanos, coisa nunca vista na região. Obrador convocou

uma consulta pública para os cidadãos decidirem pelo voto se a empresa se mantinha ou não, e o resultado foi, sem apelo nem agravo, que a multinacional se fosse embora.

Apesar de tudo, em ambos os casos, as multinacionais ameaçaram recorrer, socorrendo-se dos meios jurídicos do T-MEC e argumentando que tais medidas violavam o princípio de livre comércio do tratado e que as autoridades mexicanas tinham a obrigação de garantir os investimentos estrangeiros, exigindo elas, caso contrário, o reembolso integral do seu investimento e indemnizações.

Reforma da energia

A privatização do sector começou há trinta anos, avançando com medidas parciais. Durante trinta anos, a PEMEX e a CFE⁽²¹⁾ atribuíram concessões e contratos de sub-rogação a privados em vários domínios, da distribuição de combustíveis à construção de infra-estruturas.

Com a reforma da energia de Peña Nieto, o sector ficou aberto ao capital estrangeiro, rompendo-se o controlo nacional e o

monopólio estatal. Dezenas de empresas apropriaram-se de vastas áreas do território para explorar gás e petróleo. A reforma obriga, ainda, o governo a subsidiar o sector privado, comprando-lhe a energia eléctrica produzida a um preço alto e dando-lhe preferência na distribuição, o que se repercute nos preços que os utentes têm de pagar.

Obrador tem denunciado as condições “injustas” destas reformas e dos contratos nelas baseados. Tem explicado que não é “*mercado livre*” nenhum, mas submissão do Estado mexicano a interesses particulares. Tem acusado a “mafia do poder” de beneficiar com essas medidas⁽²²⁾.

Perante isto, avançaram-se duas iniciativas para reformar as leis em matéria de energia, no intuito de rever e revogar os contratos, recuperando “*o controlo do Estado no sector da electricidade*” e reduzir as tarifas ao consumidor.

Para limitar a obrigação de a PEMEX subsidiar as empresas privadas, que usam as suas infra-estruturas, Obrador propôs uma reforma da lei dos hidrocarbonetos para exigir que as empresas privadas invistam nas suas próprias infra-estruturas de armazenamento,



26 de Janeiro de 2029, marcha em Mexicali contra a multinacional Constellation Brands

● DOCUMENTO

>>>



México, 18 de Março de 2013, contra a privatização do petróleo

deixando de parasitar a empresa pública. Caso contrário, seriam nacionalizadas, invocando o perigo para a segurança nacional.

Estas duas reformas não põem fundamentalmente em xeque a privatização, mas apenas aspectos derivados da corrupção institucional e da sujeição do orçamento do Estado aos interesses privados.

Para travar a execução da reforma da electricidade de Obrador, o poder judicial proferiu centenas de decisões favoráveis às empresas privadas. Os juízes argumentam que a reforma é inconstitucional. Obrador responde estar disposto a propor uma reforma que volte à redacção da constituição anterior à reforma de Peña Nieto, o que levaria a iniciar um processo de renacionalização.

As reacções internacionais não se fizeram, porém, esperar. Os parlamentares norte-americanos fizeram pressão para que os Estados Unidos intercedessem pela aplicação dos tratados, especialmente do T-MEC. Posto que Obrador tivesse garantido, durante as negociações, que o sector energético ficava excluído do tratado, o argumento dos parlamentares norte-americanos é de que as medidas violam a segurança jurídica no seu todo e não só no sector da energia, o que tornaria a sua acção procedente.

Além disso, as pretensas medidas de produção de “energia limpa” para proteger o ambiente são usadas contra a renacionalização, com o argumento de que, se se voltasse à produção de energia baseada nos hidrocarbonetos, as

“energias limpas” seriam afectadas, violando o México os acordos internacionais de redução dos gases com efeito de estufa.

Aposentações

Em 1997 e 2007, foram impostas reformas do sistema de aposentações. Abandonou-se o sistema assente na solidariedade entre gerações, passando-se ao de contas individualizadas, administradas pelos bancos, designadas Administradora de Fundos de Aposentação (AFORES). Resultado: os aposentados recebem uma pensão de miséria, em média equivalente a 32% do último salário.

López Obrador pegou na questão determinando uma pensão universal de 70 dólares/mês, paga pelo orçamento do Estado a todas as pessoas com mais de 68 anos. Recentemente, aprovou uma reforma das AFORES, aumentando o montante das contribuições do Estado e patronais e pronunciou-se contra a fixação de um tecto para as pensões dos funcionários do Estado.

Estas duas decisões são positivas, mas não põem em causa os negócios chorudos dos bancos multinacionais que dominam o sistema financeiro mexicano à custa dos aposentados. Além de que oneram as finanças públicas, sem afectar os patrões.

Os bancos impugnaram estas duas medidas, manifestando a intenção de levar a causa aos tribunais da Aliança do Pacífico e do T-MEC, com o argumento de

que o governo não pode fixar o montante das comissões bancárias.

Várias organizações de trabalhadores reivindicaram a necessidade de se voltar ao sistema de baseado na solidariedade⁽²³⁾, mas a proposta foi ignorada pelo presidente e pelos parlamentares da sua maioria.

Reformas laborais

A desregulamentação laboral tem sido aplicada há mais de 30 anos, mas só até ao governo de Calderón se fizeram reformas da lei federal do trabalho para legalizar as práticas correntes de exploração do trabalho que tinham a cumplicidade das autoridades, dos patrões e dos sindicatos *charros*⁽²⁴⁾.

A criação de zonas de *maquiladoras*, na fronteira norte, após a assinatura do NAFTA, atraiu para a zona investimentos de empresas norte-americanas, japonesas e coreanas em demanda de um custo laboral baixo e de excelentes condições logísticas para introduzirem os seus produtos nos mercados norte-americano e asiático.

A política de contenção salarial foi o principal motivo do investimento estrangeiro. Com a consequência de a classe operária ter perdido 80% do seu poder de compra nos últimos trinta anos.

Durante as negociações do T-MEC, a questão salarial e da liberdade sindical esteve no centro da discussão. A aceitação do tratado pela direcção da central sindical dos Estados Unidos, a AFL-CIO, dependia desses elementos, para poder justificá-lo perante a sua base. O T-MEC integrou o capítulo 21, consagrado às relações laborais.

O acordo integrou a obrigação de aumento de salários em alguns sectores, especialmente no sector automóvel, onde se fixou a meta de um salário horário de 16 dólares⁽²⁵⁾. López Obrador decretou um aumento de 25% dos salários mínimos, mas sem que esse aumento se repercuta nas categorias superiores. Por outro lado, as empresas do ramo automóvel anunciam a redução

paulatina do trabalho humano, vista a tendência à robotização do sector.

Adoptou-se uma reforma laboral, destinada a cumprir o capítulo 21 do T-MEC, que garante formalmente o direito à livre sindicalização e à democracia sindical. Organizações sindicais como a União Nacional dos Trabalhadores e a Confederação Internacional dos Trabalhadores aplaudiram-no, justificando com isso o seu apoio ao T-MEC.

Entre as medidas acordadas, encontra-se a revisão de cada contrato colectivo e a ratificação da representatividade do sindicato por votação dos assalariados, o direito de o trabalhador escolher o seu sindicato sem pressões patronais nem do sindicato titular do contrato colectivo e a possibilidade de haver mais do que um sindicato por unidade de produção.

Embora estas sejam medidas em que os trabalhadores se podem apoiar, o governo nunca avançou com os meios necessários para elas se tornarem realidade. Segundo os especialistas, só a revisão dos contratos actuais poderá durar sete anos.

Em contrapartida, o ministério do trabalho, em cumplicidade com as direcções das empresas, aplicou arbitrariamente a nova legislação, para atacar as organizações democráticas, como o Sindicato Mexicano dos Electricistas (SME) e o Sindicato da Agência de Imprensa do Governo Mexicano (SUTNOTIMEX), tentando tirar legitimidade às respectivas direcções, aos contratos por elas assinados e aos seus apelos à greve.

As direcções das grandes organizações corporativas tiveram o beneplácito do governo federal, apesar da sua longa história anti-democrática, caso, por exemplo, do Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo, do Sindicato dos Trabalhadores da Educação e do Sindicato Único dos Trabalhadores Electricistas, o SUTERM⁽²⁶⁾. Apostando num novo corporativismo garante da paz social e da estabilidade, o governo favoreceu o reforço de duas grandes confederações, a CATEM e a CIT⁽²⁷⁾, alimentadas pela crise da CTM⁽²⁸⁾.

A forma em que a “liberdade sindical” se materializou foi a da pulverização das organizações de trabalhadores, cindidas em múltiplos pequenos sindicatos de empresa, centro de produção ou ramo, cujo peso os incapacita para negociar com o patronato, especialmente no sector público.

Último elemento a salientar é o preceituar-se neste capítulo 21 do T-MEC a constituição de “*grupos de peritos trinacionais ad hoc*” para resolução dos conflitos de trabalho, factor de perda de soberania em matéria de relações de trabalho.

Terceirização

Aprovou-se uma reforma da sub-contratação, relacionada com a questão laboral, acordada com as grandes câmaras patronais e as centrais corporativas.

Obrador começara por propor uma iniciativa de “*supressão do outsourcing*”. A ideia era obrigar as empresas a reconhecerem uma relação laboral para com os empregados sub-contratados e, por

outro lado, acabar com o não pagamento das contribuições patronais para a segurança social e com a evasão fiscal⁽²⁹⁾.

A proposta, ainda que estivesse em conformidade com o novo quadro laboral do T-MEC, foi travada pelos grupos parlamentares do MORENA no intuito de evitar o confronto com o patronato, que ameaçou despedir 350 mil trabalhadores.

Quatro meses de discussão com os empresários acabaram na aprovação de uma nova proposta, que, longe de proibir ou “suprimir” a sub-contratação, a regula e aperfeiçoa, autorizando-a em sectores que “não são, em sentido próprio, os da empresa”, como os serviços de limpeza, segurança, etc.

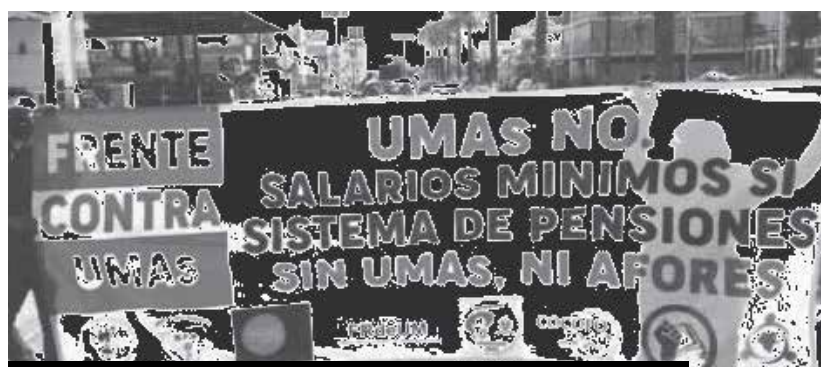
Na “negociação”, o governo conseguiu regularizar 150 mil trabalhadores. Estabeleceram-se regras mais duras para as empresas de sub-contratação, com o objectivo de melhorar a arrecadação fiscal. Em contrapartida, os patrões conseguiram um tecto de três meses de salário para a repartição dos lucros⁽³⁰⁾.

Organismos autónomos

Os últimos governos haviam dado execução a uma “*reforma do Estado*” que tinha como um dos seus princípios a criação de organismos autónomos, fora do “*poder político*”, especializados em áreas específicas da administração pública, supostamente com a intenção de assegurar a continuidade das políticas entre mandatos presidenciais, evitando que fossem afectadas pelas alternâncias políticas, e promover a transparência e a participação da “*sociedade civil*”.

Entre os órgãos a que se concedeu tal autonomia figuram, entre outros, o Banco do México, o Instituto Nacional de Eleições, o Instituto da Transparência, o das Telecomunicações, a Comissão Reguladora da Energia e a Comissão da Concorrência Económica.

Cada um destes órgãos foi criado com a intenção de subtrair as decisões nos domínios da economia, do comércio e, mesmo, dos processos eleitorais, à soberania



“Por um sistema de pensões sem UMAS nem AFORES”

● DOCUMENTO

>>> popular. A composição dos órgãos é assegurada por “especialistas”, funcionários designados pelo Senado e membros da chamada “*sociedade civil*” (principalmente oriundos das câmaras patronais). São encarregados de dar execução às medidas de entrega da soberania nacional e pagos pelo erário público.

Estes organismos têm sido as pontas de lança dos ataques contra todas as reformas positivas propostas pelo presidente, transformando-se em porta-vozes das exigências da oligarquia.

Neste últimos dias, o presidente propôs que se eliminassem estes organismos, denunciando a sua posição face às reformas da energia, bem como a intervenção parcial e ostensiva do Instituto das Eleições na anulação de candidaturas do MORENA.

Reforma do ensino

Outra reivindicação importante é a revogação da reforma do ensino de Peña Nieto, que privatizou literalmente o sector e praticamente eliminou as negociações bilaterais entre trabalhadores e patronato.

Durante a sua campanha eleitoral, López Obrador recebeu o apoio da Coordenação Nacional dos Trabalhadores do Ensino (CNTE)⁽³¹⁾, que encabeçara a luta pela revogação da reforma do ensino. Chegado ao governo, Obrador abriu negociações com a CNTE, reconhecendo as suas secções como representativas dos trabalhadores. Os avanços foram, porém, mínimos.

Por iniciativa do Presidente, o Congresso aprovou uma reforma das leis do ensino, no intuito de “*eliminar os aspectos punitivos da reforma do ensino*”. Suspenderam-se as avaliações dos professores primários e permitiu-se uma certa bilateralidade ao SNTE, recuperando a direcção *charra* (amarela) o controlo da gestão e afectação dos horários e postos.

Tais ajustes não impugnaram, contudo, a essência privatizadora da reforma anterior. Em vez de uma revogação, o que se fez foi

uma negociação para parar as mobilizações sociais e devolver ao sindicato o controlo corporativo.

Programas sociais

Os programas sociais de assistência levados a efeito têm servido de argumento para aplicar a austeridade na função pública, além de outras medidas.

Obrador atribuiu milhões de pesos a estes programas, que consistem no envio de dinheiro líquido a vastos sectores da população, como estudantes, mães solteiras, idosos, que são beneficiários directos.

A pretexto de evitar a corrupção e os intermediários, o governo ignora as organizações, particularmente as organizações camponesas e estudantis, negando-lhes representatividade e legitimidade para negociar as reivindicações.

Na prática, os programas sociais promovem a individualização dos direitos. A relação com o Estado fica, no mais, subordinada aos promotores dos programas, os chamados “*servidores da nação*”, empregados do Secretariado para a Assistência.

Conforme demonstrámos, o governo Obrador, pela sua natureza bonapartista, dá execução a reformas limitadas, que têm o propósito de manter a estabilidade social, colidindo, porém, com os interesses do imperialismo consubstanciados no T-MEC, que passou, de facto, a ser a verdadeira constituição do México.

O acatamento do quadro jurídico herdado do passado e do T-MEC espantilha desde logo qualquer governo mexicano que procure transformar seja o que for. Isso traz para a ordem do dia a necessidade de ruptura com o tratado e de convocação de uma assembleia constituinte.

Para encabeçar esta luta, é necessário romper com o bonapartismo, constituindo organizações da classe trabalhadora que possam dar direcção às reivindicações do povo do México.

Crise do MORENA e cenário eleitoral

Como atrás explicámos, a decomposição do MORENA e a sua integração no Estado burguês é um processo que decorreu com maior rapidez do que fora o caso do seu predecessor, o PDR.

Sem ignorar o carácter burguês deste partido, convém notar que, dado o estado de consciência do povo mexicano, o discurso nacionalista e as declarações contra a “*mafia do poder*”⁽³²⁾, conjugados com a figura carismática de Obrador, lhe conferiram legitimidade entre as massas.

Não obstante, a direcção do MORENA, que, no início, compreendia algumas figuras da esquerda mexicana e intelectuais⁽³³⁾, tem sido cooptada pelos sectores mais conservadores do partido, ajudados pelas autoridades eleitorais, que participaram na sua designação.

A pretexto de competitividade eleitoral, a direcção tem buscado alianças com grupos de poder locais em todo o país, integrando nos órgãos do partido caciques, chefes *charros* e patrões. O resultado é que centenas de candidatos e funcionários do partido são antigos militantes do PRI e do PAN, que procuram a reeleição mudando de etiqueta para o MORENA.

Alguns candidatos do partido acabam por ser exactamente os mesmos contra quem os fundadores do partido e os movimentos populares lutaram. Noutros casos, são personagens de pouco recomendável⁽³⁴⁾ cadastro, contrastando com os princípios proclamados por Obrador de “*não mentir; não roubar; não trair*”.

A designação das candidaturas por acordos de cúpula e por sondagens tem deixado a base militante de fora das decisões, permitindo aos representantes dos antigo regime adaptarem-se às novas circunstâncias.

Os candidatos ao Congresso Federal (parlamento) limitam-se a apoiar os programas sociais e a luta contra a corrupção. Não há uma palavra sobre a revogação das reformas neo-liberais nem a



Chiapas, Abril de 2018, o sindicato de professores CNTE “contra a militarização do país”

defesa da soberania. Pelo contrário, tem havido, inclusive, regressões no plano das reformas democráticas, como no caso do direito ao aborto.

O dilema eleitoral em que a população se encontra é entre votar pelos partidos tradicionais abertamente pró-imperialistas ou, em nome da Quarta Transformação, votar na coligação dirigida pelo MORENA⁽³⁵⁾, mas com candidatos que, na sua maioria, são os mesmos políticos de sempre⁽³⁶⁾.

Pelo seu lado, a oposição reagrupou-se numa frente comum, antes inimaginável, que une o PAN ao PRI e ao PRD na coligação eleitoral “Pelo México”, esquecendo todos eles os seus diferendos em nome da defesa aberta do programa pró-imperialista.

Os partidos tradicionais procuraram aproveitar-se do descontentamento e das desilusões, em particular dos erros do governo Obrador e da corrupção do MORENA nas autarquias locais. Aí tentam manter os seus bastiões eleitorais, enquanto, em locais em que carecem de apoio, apresentam como candidatos personagens do mundo do espectáculo (modelos, desportistas, *influencers*, *youtubers*, actrizes...).

Fenómeno novo é o reforço do PES (Partido do Encontro Solidário), agrupamento de igrejas evangélicas com um discurso populista reaccionário e ultraconservador. Por

considerações legais, manteve-se fora da coligação do MORENA, mas é seu aliado nas câmaras do parlamento. Criaram-se, além disso, dois partidos satélites, as Redes Sociais Progressistas e a Força pelo México⁽³⁷⁾.

Pressão imperialista e pandemia

O México detém o terceiro lugar no mundo quanto ao número de mortos causados pela COVID-19: mais de 220 mil segundo os números oficiais do ministério da saúde, dados que contrastam com os do Instituto de Estatística e Geografia, que contabilizou as causas de óbitos nas respectivas certidões, estimando o número de mortos por causa do vírus da COVID-19 até Março de 2021 em 400 mil.

Tem-se atribuído à presidência a responsabilidade pela má gestão da pandemia, pela ausência de políticas claras, pela ligeireza com que tratou a doença no início, mas a realidade é que as consequências da pandemia têm, em larga medida, relação directa com o domínio imperialista.

López Obrador afirmou, não sem razão, que o sistema de saúde pública estava num estado desastroso quando foi eleito. As políticas de privatização e destruição estavam em marcha há pelo menos três décadas e, se bem que

não se tivesse reduzido o orçamento, a forma que a destruição tomou foi a da subcontratação de serviços a privados, contratos de aquisição de medicamentos a custos empolados e corrupção aberta.

A assinatura do NAFTA, em 1994, acelerou o processo de privatização e a pressão dos grandes grupos norte-americanos da saúde, que conseguiram abrir este mercado, especialmente o comércio de medicamentos e a observância das patentes (destruindo os laboratórios mexicanos, a investigação e a produção), mas também a criação de hospitais privados, em larga medida encostados aos recursos do Estado, que lhes chegam graças à atribuição ao sector privado de todos os cuidados e tarefas que o sector público não consegue cumprir.

AMLO denunciou, além disso, que pelo menos 300 clínicas inauguradas em mandatos presidenciais anteriores nunca entraram em funcionamento, em resultado do nível de corrupção. Em certos casos, governadores e altos funcionários vieram apenas a cerimónias para “cortar a fita” ou “lançar a primeira pedra”... mas os trabalhos nunca foram concluídos. O caso mais extremo foi talvez o dos tratamentos pediátricos contra o cancro substituídos por soluções salinas.

A penúria de medicamentos, ventiladores e camas hospitalares, resultado da privatização, foram elementos que contribuíram para o número de vítimas. Houve sectores de trabalhadores da saúde que denunciaram a falta de planeamento, equipamentos e material para poderem tratar dos doentes, tendo muitos deles entrado em greve e manifestação, embora o seu movimento tenha sido largamente ignorado pelos grandes sindicatos da saúde.

Outro factor determinante foi a pressão enorme do governo norte-americano e das suas multinacionais para que as fábricas *maquiladoras* fronteiriças e a

● DOCUMENTO

>>> indústria automóvel se mantivessem abertas (inicialmente fechadas por decreto presidencial por serem consideradas não essenciais). O argumento era que aquelas empresas eram elos da cadeia de abastecimento do Estado americano.

O exemplo das multinacionais foi imitado pelas grandes cadeias mexicanas, cujos proprietários se opuseram sistematicamente à observância das medidas sanitárias, desafiando o governo.

Apesar da mobilização e das greves espontâneas de milhões de operários que ocorreram nas primeiras semanas da pandemia, as autoridades locais primeiro e, depois, o governo federal cederam à pressão das multinacionais. As *maquiladoras* foram reclassificadas em “empresas essenciais”, permitindo a sua reabertura, com o corolário da morte de centenas de trabalhadores contaminados no trabalho.

Os últimos dados públicos sobre o seguimento das mortes nas *maquiladoras* foram fornecidos em Junho de 2020. Nesse momento, os trabalhadores do sector representavam 19% das pessoas infectadas. Só na cidade fronteiriça de Tijuana, 500 operários morreram de Covid.

Há um elemento que mostra que foi mesmo a classe operária a mais afectada pela Covid: o Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI) apurou que, entre Janeiro e Fevereiro de 2021, o coronavírus foi a principal causa de morte entre as pessoas com idades entre 35 e 64 anos, o grosso, portanto, da população activa.

Mobilização social e sindical

Os primeiros meses do governo Obrador caracterizaram-se pela estabilidade social e pela passividade dos movimentos sociais e sindicais, que passaram um cheque em branco à nova administração, esperando que o mandato dado em 2018 fosse cumprido pelo parlamento.

Foram sectores não organizados, sem direcção nem reivindi-

cações claras que, fartos das condições de decomposição e de violência, saíram para a rua para exigir que o novo governo satisfizesse as suas exigências.

O que mais se desatou foi, em particular, o movimento de mulheres desatado pela vaga de femicídios. As mulheres são o sector da classe operária que mais tem sofrido com as consequências da decomposição capitalista materializadas no crescimento do negócio do crime organizado, como o tráfico de drogas, os desaparecimentos forçados⁽³⁸⁾, o tráfico de órgãos, a prostituição e o tráfico de brancas⁽³⁹⁾.

O medo, na classe trabalhadora, de ver mães, filhas, esposas e noivas desaparecerem é uma constante. Cada dia se anunciam dezenas de desaparecimentos, produzindo, em certas regiões do país, uma histeria colectiva.

No México, os números de óbitos de mulheres assemelham-se aos de um conflito armado. Fala-se da “outra pandemia”, com a morte de mais de dez mulheres por dia por violência sexista. Durante os últimos três anos, houve uma média de 3.500 femicídios por ano. 97% dos casos denunciados às autoridades ficam impunes.

Neste cenário de barbárie, era natural que as mulheres levantassem a voz para exigir a um governo com apoio popular uma solução e mais segurança. A traição aberta dos deputados do MORENA e do seu governo, porém, recusando legalizar o aborto em todo o país por medo da reacção dos grupos conservadores e da Igreja, entre outras reivindicações das mulheres, como a instalação de alertas de género, de protocolos de busca imediata das desaparecidas⁽⁴⁰⁾, contra o assédio sexual e laboral, tudo isto radicalizou o movimento, embora servisse também para que todo o género de grupos o infiltrassem.

Centenas de milhar de mulheres saíram para a rua, organizando greves nacionais e mobilizações em plena pandemia. No entanto, a reacção do governo foi de menosprezar as suas reivindicações e reprimi-las, criminalizá-

las e acusá-las de serem manipuladas pela “mafia do poder”, o PRI e o PAN.

Idêntico tratamento foi aplicado a outros sectores que se mobilizaram, numa visão maniqueísta em que quem quer que criticasse o governo Obrador era amalgamado com grupos ligados à oligarquia, tornando difíceis grandes mobilizações sociais.

No que à mobilização da classe trabalhadora diz respeito, os sindicatos independentes que têm dirigido as lutas por reivindicações como o aumento de salários ou a negociação de contratos têm sido atacados pelas autoridades. A política governamental, justificada pela “austeridade republicana”, tem consistido em sustentar os aumentos de salários, impondo um tecto de 3,2% e experimentar formas de negociação que integram num único pacote aumentos de prestações e de salários.

Os conflitos que conduziram à deflagração de greves foram deixados à deriva, apostando-se no seu desagaste e, com ele, no das organizações sindicais que os apoiem. No que toca às greves universitárias, elas chegaram a durar quatro meses, sem que as suas reivindicações tivessem resposta. O caso da agência de imprensa NOTIMEX é sintomático: o governo recusou-se a demitir a responsável, apesar de o poder judicial e os tribunais terem dado razão ao sindicato SUTNOTIMEX, em greve há mais de treze meses.

Apesar disto, em plena pandemia, começa a fazer-se sentir um ressurgimento da mobilização social e popular. Nas últimas semanas, os professores agrupados no CNTE e outras organizações dos trabalhadores do ensino iniciaram mobilizações contra o tecto às pensões de aposentação. Com muita imaginação, organizaram desfiles motorizados, por forma a respeitar as normas sanitárias. Um deles percorreu o país desde a fronteira sul até à cidade do México. Noutros locais, rompendo as medidas de confinamento, fizeram-se manifestações de rua. A exigência de respeito das aposentações e de revogação da reforma

do ensino foi avançada em todo o país.

O Sindicato da União dos Trabalhadores do Instituto de Ensino Médio Superior do Distrito Federal (SUTIEMS) encabeçou uma luta de importância nacional, defendendo as trabalhadoras da limpeza, que haviam sido despedidas por alegadamente terem deixado de ser necessárias devido ao fecho das escolas. Eram trabalhadoras que labutavam há dez anos em contextos de sub-contratação, que o sindicato organizou, exigindo que o governo da Cidade do México as regularizasse, pondo no centro a luta concreta que as organizações sindicais têm de travar contra a terceirização.

O grupo sindical *Generando Movimiento* da fábrica automóvel da General Motors em Silao conseguiu impor a ratificação do contrato colectivo e a sindicalização dos trabalhadores da fábrica, possibilitando a centenas de trabalhadores livrarem-se do sindicato corporativo.

Pelo seu lado, o Sindicato Mexicano dos Electricistas reatou as mobilizações mensais do dia 11 de cada mês em direcção à presidência da República, exigindo o respeito dos acordos de reinício do trabalho⁽⁴¹⁾, aos quais acrescentou a reivindicação de renacionalização da indústria eléctrica.

A Nova Central dos Trabalhadores (NCT), confederação sindical impulsionada principalmente pelo SME, foi a única organização sindical importante que adoptou posição crítica face ao governo, afirmando o seu apoio às medidas progressistas do governo, mas criticando do mesmo passo as medidas que afectam a classe trabalhadora, como a falta de relacionamento e de diálogo real.

Neste sentido, a NCT levou a cabo uma consulta popular nacional, em que participaram mais de 100 mil trabalhadores, 96% dos quais se pronunciaram pela proibição de todas as formas de sub-contratação, por empregos que respeitem o direito laboral e o direito à sindicalização. 98% dos trabal-

hadores pronunciaram-se pela renacionalização do sector da energia.

A consulta foi uma acção de carácter nacional, que permitiu rearticular sindicatos e organizações sociais e populares numa acção unitária comum, que teria sido muito mais vasta se não fossem as condições do confinamento, que impediram uma participação mais alargada.

Tarefas da Liga Comunista Internacionalista

A tarefa principal do momento da Liga Comunista Internacionalista (a organização mexicana filiada no CORQI) passa por avançar no desenvolvimento da consciência de classe, na independência política da classe operária e na luta pela emancipação nacional.

Seguindo a nossa linha de transição, trabalhamos pela construção de um partido operário independente como transição para o partido revolucionário, secção mexicana da IV^a Internacional.

Aplicando a tática da frente única operária, apostamos numa política unitária e de mobilização pelas reivindicações, contribuimos para a luta pela democratização das organizações sindicais existentes e pela construção de organizações sindicais independentes na perspectiva da construção de uma central sindical independente.

Seguindo a tática da frente única anti-imperialista, combatemos pela revogação do T-MEC e dos outros tratados que acorremam

a nação mexicana aos interesses do imperialismo.

Como internacionalistas, trabalhamos de mãos dadas com os nossos camaradas da secção norte-americana, o *Socialist Organizer*, em campanhas comuns como os encontros binacionais contra o T-MEC e contra as políticas migratórias, bem como na preparação da conferência mundial do Comité Operário Internacional e, em particular, do encontro internacional de mulheres trabalhadoras.

No entanto, as condições de intervenção nada têm de simples: por um lado, as ilusões das massas em Obrador e o controlo dos aparelhos, que acorremam a classe trabalhadora e as suas organizações, submetendo-as à sua política de conciliação de classes de tipo “frente popular”; por outro lado, as pressões imperialistas agudizam-se à medida que Obrador propõe medidas “anticorrupção” que afectam directamente os interesses das empresas multinacionais e da oligarquia.

O cenário tem muitas similitudes com o que Trotsky escreveu em 1938 acerca do governo Cárdenas:

“Nos países industrialmente atrasados, o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa fraqueza da burguesia nacional relativamente ao proletariado nacional. Isso cria condições especiais para o poder de Estado. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a burguesia nacional relativamente fraca e o proletariado



Fábrica da General Motors em Silao



● DOCUMENTO

»»

relativamente poderoso. Isto confere ao governo um carácter bonapartista sui generis, de tipo particular. Ele eleva-se, por assim dizer, acima das classes. Na realidade, tanto pode governar convertendo-se em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às cadeias de uma ditadura policial, como manobrando com o proletariado, chegando a fazer-lhe concessões, ganhando, desse modo, a possibilidade de dispor de uma certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros” (42).

Em tal contexto, Trotsky aconselhava os membros da IVª Internacional no México a aproveitar o momento para desenvolverem o movimento revolucionário dos trabalhadores, sendo “*a independência do proletariado, mesmo logo no início do movimento, absolutamente necessária*”, razão por que afirmava ser fundamental manter a “*independência integral da nossa organização, do nosso programa, do nosso partido, e a nossa plena liberdade de crítica.*”

Face à nacionalização do petróleo e à reforma agrária de Cárdenas, Trotsky avisava que eram medidas tomadas ainda no quadro do capitalismo. Explicava, todavia, que os revolucionários não deviam desistir de influenciar as massas, devendo, pelo contrário, apelar para que a classe operária, numa política de frente única anti-imperialista, se pusesse à cabeça dessas reivindicações, disputando a direcção à burguesia.

“... no curso da luta por tarefas democráticas, opomos o proletariado à burguesia. A independência do proletariado, mesmo logo no início do movimento, é absolutamente necessária, e nós opomos especialmente o proletariado à burguesia no caso da questão agrária, pois a classe que governará, no México como em todos os países latino-americanos, será a que conseguir atrair a si os camponeses (...) a IVª Internacional reconhece todas as tarefas democráticas do Estado na luta pela independência nacional, mas a secção mexicana da IVª Internacional está em concorrência com a burguesia nacional diante dos



Manifestação de mulheres: “Queremo-los vivos!”

operários e diante dos camponeses. Estamos em concorrência permanente com a burguesia nacional, única direcção que somos, capaz de assegurar a vitória das massas no combate contra os imperialistas estrangeiros. Na questão agrária, apoiamos as expropriações.”(43)

Embora possamos observar que a margem de manobra de Obrador é bem mais reduzida do que a de Cárdenas, se levarmos em conta o grau de decomposição a que o imperialismo chegou e as necessidades do próprio imperialismo norte-americano, reflectidas nas exigências de Trump e Biden, não podemos esperar que, salvo circunstâncias excepcionais, este governo se distinga por uma política de ruptura com o imperialismo. López Obrador não é, pois, um novo Lázaro Cárdenas, ao contrário do que pretendem várias organizações de “esquerda”.(44)

É preciso que a política da LCI se enquadre na organização independente da classe operária, para se dotar das suas organizações, organizando a mobilização pelas reivindicações e travando, do mesmo passo, a luta anti-imperialista.

Tarefa que nada tem de sim-

ples, em que há que evitar resvalar tanto para a adaptação à política de Obrador como para a denúncia estéril das direcções e do governo, duas vias que podem acabar no oportunismo, no sectarismo ou na diluição da nossa organização.

São pressões com que nos defrontamos e que, se não tivermos cuidado, podem ter efeitos desagregadores das nossas fileiras e dos nossos contactos.

A política da LCI hoje

Os militantes da LCI têm estado comprometidos na construção da Organização Política do Povo e dos Trabalhadores (OPT), que temos caracterizado como germen de pode surgir um partido operário independente. Foi em nome da OPT que, em 2019, lançámos candidaturas operárias independentes na Baixa Califórnia, o que constituiu um salto qualitativo no recrutamento para a nossa organização.

Neste momento, estamos em discussão com militantes dos grupos de resistência pela defesa da água e conseguimos atrair à nossa organização uma camada que compreendia mais claramente a neces-



cidade da luta da classe trabalhadora pelo poder.

Em 2020, decidimos começar um processo de discussão com dirigentes sociais e sindicais de uma plataforma política independente, nomeadamente com militantes de base do MORENA, na perspectiva da apresentação de candidaturas operárias independentes, registadas ou não, na intenção de agrupar para convocar uma reunião de cem dirigentes da classe operária pela construção do partido operário independente.

A plataforma constava dos seguintes pontos:

Revogação do T-MEC e do Pacto das Migrações

Não ao reembolso da dívida, aumento do orçamento da saúde, ensino e cultura

Ensino completa e efectivamente gratuito

Nacionalização dos serviços de saúde e material necessário para a luta contra a pandemia

Não à privatização dos serviços públicos, da água, da electricidade, esgotos e transportes públicos

Fim à pilhagem dos nossos recursos naturais, defesa do território e da água

Renacionalização das empresas privatizadas: energia eléctrica, petróleo e minas

Não à terceirização, direito laboral para todos, aumento salarial

Democracia e liberdade sindical, fim da hipocrisia, respeito efectivo das normas e direitos laborais, punição de quem violou os decretos durante a pandemia

Fim dos femicídios, satisfação das reivindicações das mulheres trabalhadoras, direito à maternidade, igualdade salarial, fim do assédio, educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer

Por uma aposentação digna, regresso ao sistema solidário de pensões, não aos AFORES e UMAS (fundos de pensões - NdT)

Pela organização do povo e dos trabalhadores, por um Partido Operário Independente

Por uma Assembleia Constituinte e um governo responsável perante ela, que aplique estas medidas de carácter urgente.

Candidaturas operárias independentes

No sul do Estado de Chiapas, os ditames do MORENA, que cedeu as suas candidaturas aos caciques do Partido Verde, deram azo a uma ruptura da sua base e da coligação com o Partido do Trabalho. A OPT de Chiapas fez uma aliança para apresentar candidatos da OPT com a marca PT ou MORENA. Mantendo a nossa independência, temos denunciado os ditames da direcção do MORENA, do Partido Verde e da comissão eleitoral, acompanhando os militantes de base na sua experiência de luta.

Especialmente na cidade de Tuxtla Gutiérrez, a lista para a presidência do conselho municipal OPT-PT é conduzida pela única mulher candidata. Esta lista centrase na luta contra a privatização dos serviços públicos, contra a terceirização, pelo reconhecimento das organizações sindicais, pela resposta às reivindicações dos bairros populares e pelos direitos das mulheres.

No norte do Estado da Baixa

Califórnia, a discussão concentrou-se de novo nos grupos e colectivos de resistência em defesa da água. As condições de registo formal eram difíceis de preencher em plena pandemia, pelo que decidimos apresentar uma candidatura não registada ao lugar de governador do Estado, em que se pode votar no espaço do boletim de voto reservado aos candidatos não registados.

Fazemos uma campanha muito modesta, pois os colectivos de resistência cederam à pressão do MORENA e do PES. Concentramo-nos na organização de reuniões com trabalhadores, comités de bairro, colectivos de estudantes e movimentos sociais. A ideia é discutir a nossa plataforma, convencê-los de que, dado o panorama eleitoral nacional e local, é necessário construir um POI. Traçámos objectivos realizáveis com as nossas forças, integrar, com esta campanha, contactos na LCI e organizar um novo Grupo de Estudos Revolucionários (GER).

Armados destas experiências e da discussão da plataforma nos demais Estados em que estamos presentes, estamos preparando a convocação de uma reunião de dirigentes pela construção de um POI no Outono.

Quanto ao terreno sindical, estamos desenvolvendo a discussão sobre a necessidade de estar onde a classe operária está, independentemente de quem detém a direcção das suas organizações, e apresentar uma política de independência de classe. A orientação que gizámos é de que cada militante da LCI tem que ter uma área de intervenção onde desenvolver a sua actividade militante.

Temos hoje intervenção no sindicato dos professores SNTE-CNTE, nos sindicatos universitários, no sector da saúde, na construção e na NCT, onde tomámos iniciativas de construção no sector dos não organizados, portanto dos trabalhadores precários como os distribuidores de comida e os professores de escolas privadas.

No sector da juventude, estamos impulsionando um comité da Aliança Internacional dos Jovens (AIJS), que desenvolve campanhas

● DOCUMENTO

>>>

de defesa do ensino público, em particular pela proibição das propinas universitárias, além de termos impulsionado a campanha pela libertação de Mumia Abu Jamal.

Em matéria de trabalho internacional, constituímos o “comité de mulheres trabalhadoras 8 de Março”, em torno do apelo ao encontro mundial de mulheres. O comité tem-se reunido regularmente nos últimos seis meses (várias camaradas aceitaram participar no GER que vamos organizar em Maio e Junho). Organizámos um comício virtual no dia 8 de Março⁽⁴⁵⁾. Estamos em campanha financeira para enviar uma delegação à Conferência Mundial do COI.

A expansão do nosso trabalho nos últimos anos tem-nos permitido crescer quantitativamente nas duas regiões fronteiriças, manter actividade militante individual noutros Estados e contactos importantes com os sectores mobilizados da classe trabalhadora. Têm, todavia, crescido também as nossas responsabilidades, as nossas tarefas e a pressão dos aparelhos.

Para cumprir as nossas tarefas, é necessário dar um salto qualitativo nas adesões e no reforço de uma direcção centralizada, razão por que estamos convocando o terceiro congresso da LCI, a realizar nos próximos meses.

Nele discutiremos democraticamente a nossa orientação e medidas necessárias para reforçar a LCI na via da reconstituição da secção mexicana da IVª Internacional. ●

Artigo redigido pela direcção nacional da Liga Comunista Internacionalista (LCI-CORQI)

México, 30 de Abril de 2021

(1) Tratado de comércio livre que entrou em vigor em Julho de 2020.

(2) Termo usado por AMLO para qualificar o seu governo, enquadrando-o, assim, na continuidade da Guerra da

Independência, da Guerra da Reforma e da Revolução Mexicana.

(3) Que dispõe dos velhos partidos, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), o Partido de Acção Nacional (PAN) e o Partido da Revolução Democrática (PRD) e financia grupos reaccionários nacionalistas e fascistas como a Frente Nacional Anti-AMLO.

(4) Em 2022, ocorrerá uma consulta de “revogação do mandato”, que decidirá o destino de López Obrador. Se conseguir vencer, terminará o seu mandato de seis anos em Novembro de 2024.

(5) Que argumenta que “o que se fez em 80 anos não se pode mudar em poucos meses”.

(6) Em particular os movimentos indígenas que se opõem aos “megaprojectos” que lhes arrebata as terras, e os movimentos de defesa da água contra a pilhagem de empresas como a Constellation Brands e a Coca Cola.

(7) O Partido de Acção Nacional (PAN), partido tradicional da direita mexicana, fundado nos anos trinta por católicos que se opunham às reformas nacionais de Lázaro Cárdenas, especialmente à reforma agrária, ao ensino socialista e à nacionalização do petróleo.

(8) O Partido Revolucionário Institucional (PRI), constituído por fracções burguesas que saíram vitoriosas da Revolução Mexicana e que se dizia herdeiro desta, governou o país durante oitenta anos.

(9) As duas fraudes haviam dado azo a uma reacção popular de defesa do voto.

(10) O Partido da Revolução Democrática (PRD) foi dirigido por Cuauhtémoc Cárdenas (filho do general Lázaro Cárdenas), fundado depois da fraude eleitoral de 1988, aglutinando sectores nacionalistas do PRI e diversas organizações estalinistas. A sua adaptação ao regime foi-se



acentuando com o tempo; hoje representa um partido satélite com pouca base social.

(11) Partido em cuja criação participou o ex-presidente Carlos Salinas de Gortari com grupos de tipo castrista e maoista para obter a sua legalização e fazer de contrapeso ao PRD

(12) Partido que defende a pena de morte, participou nas coligações eleitorais dos governos do PRI e do PAN a partir de 2.000.

(13) O PES, rebaptizado Encontro Solidário, é um partido dirigido pelas igrejas evangélicas, que se autoqualifica de “conservador no plano social, liberal no plano económico”, contra o direito ao aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e pela criminalização do movimento feminista.

(14) Leão Trotsky: “Uma Vez Mais sobre a Questão do Bonapartismo”.

(15) Elemento comum com o México é o aparecimento de partidos evangélicos dirigidos por personagens populistas ligadas ao Partido Republicano dos Estados Unidos.

(16) Bolsas em numerário aos estudantes, ajudas sociais universais às mães solteiras e idosos, programas de primeiro emprego e de apoio às pequenas empresas, que ascendem a um total de 1,7% do PIB.

(17) Redução da despesa pública que teve consequências para os trabalhadores do Estado.

(18) Acordo pela Segurança e

Prosperidade da América do Norte.

(19) Ver o artigo sobre o general Cienfuegos no nº 21 d'A *Internacional*.

(20) Criaram-se verdadeiros campos de refugiados nas cidades fronteiriças, em campos de futebol ou armazéns desafectados, onde se estacionaram centenas de centro-americanos e africanos a aguardar a devolução do seu pedido de asilo, debaixo do controlo da Guarda Nacional. Atenção especial merecem as crianças de 4 a 14 anos abandonadas e obrigadas a testemunhar nos cursos de migração.

(21) As empresas Petróleos Mexicanos e Comissão Federal da Electricidade.

(22) Denunciou, muito em particular, o secretário-geral do sindicato dos trabalhadores do petróleo, proprietário de dezenas de empresas de sub-contratação da PEMEX, como os oleodutos de transporte de gasolina.

(23) A Confederação dos Pensionistas e Aposentados da República Mexicana apresentou uma iniciativa popular nesse sentido, apoiada por mais de 250 mil assinaturas.

(24) O nome por que são conhecidas as organizações sindicais corporativas que colaboram com o Estado.

(25) Se se efectivasse, seria um grande salto: actualmente, o salário mínimo geral para uma jornada de trabalho de 8 horas é de 7,6 dólares.

(26) Há dois sindicatos de electricistas, o SUTERM e o SME.

(27) Os dirigentes da CATEM e da CIT são ambos senadores do

MORENA.

(28) Confederação dos Trabalhadores do México, a central sindical corporativa histórica, integrada no PRI.

(29) É corrente as empresas de sub-contratação violarem as leis laborais, pagarem valores inferiores à Segurança Social, mudarem de razão social ou declararem falência para escaparem às suas obrigações.

(30) As leis laborais mexicanas determinam que 10% dos lucros de cada empresa sejam repartidos entre a totalidade dos trabalhadores todos os anos.

(31) A principal corrente sindical de oposição aos dirigentes corporativos no sindicato, que luta pela sua democratização. Representa um dos movimentos de massas mais significativos do país.

(32) Assim qualifica Obrador os partidos tradicionais do país.

(33) Muitos deles foram integrados como funcionários na administração federal.

(34) Nas últimas semanas, houve denúncias de abuso sexual de menores e de violação por parte de candidatos do MORENA.

(35) Nestas eleições, o MORENA vai de novo com o PT e o Partido Verde ao nível federal e com múltiplos partidos locais nos Estados.

(36) Há excepções em que a base impôs candidatos ou optou por se aliar com movimentos sociais que faziam frente a governos da oposição, caso da candidatura ao Congresso da advogada Susana Prieto Terrazas, dirigente do movimento dos trabalhadores das maquiladoras.

(37) Organizados em volta do

SNTE e da CATEM.

(38) Descobriu-se, nomeadamente, que os grupos do crime organizado organizaram campos de trabalho forçado com jovens raptados.

(39) 93% das vítimas do tráfico de seres humanos no México são mulheres, 26% das quais menores, segundo números da CNDH.

Além de que se calcula que o número de mulheres que, no México, se dedicam à prostituição (livremente ou não) se situe entre 450.000 e 850.000.

(40) O protocolo prevê, na maior parte do país, que o inquérito não pode começar antes de 72h passadas do último contacto com a vítima.

(41) Em 2009, o presidente Calderón fechou por decreto a sociedade Lumière et Énergie du Centre, deixando sem trabalho 44 mil electricistas, 16 mil dos quais ainda hoje resistem, exigindo a reintegração.

(42) Leão Trotsky: "A Indústria Nacionalizada e a Administração Operária", publicado sem assinatura em *Fourth International*, Agosto de 1946.

(43) Ibid.

(44) Assim as organizações estalinistas, que vêm em Obrador o representante de uma burguesia anti-imperialista, e, em particular, a Organização Socialista dos Trabalhadores, o agrupamento do grupo revisionista, que desistiu de construir um partido operário independente e se dobrou a Obrador e ao MORENA, apelando a votar acriticamente nos respectivos candidatos.

(45) Veja-se o comício em <https://www.youtube.com/watch?>

● HISTÓRIA

Há oitenta anos

Em 22 de Junho de 1941, Invasão da URSS

“As regiões do Báltico e do Mar Negro têm importância estratégica para a Aliança”, declara a NATO. Com o exercício “Defender Europe 2020”, o imperialismo americano ensaiou, o ano passado, uma mobilização de tropas para a Polónia, Báltico e região báltica, envolvendo 20.000 soldados seus, mais 17.000 soldados de 17 países. A Alemanha fez de placa giratória. Os exercícios militares dos países da NATO nas zonas do Báltico e do Mar Negro, “Defender Europe 2021”, ensaiam, sob a direcção do imperialismo americano, um ataque à Rússia desferido principalmente a partir do Sul. Geograficamente, estes exercícios decorrem em território da antiga URSS (por exemplo, na Ucrânia e Geórgia, países limítrofes da região do Mar Negro, ou na Estónia, Letónia e Lituânia, no Mar Báltico) e países dela limítrofes.

OUTROS exercícios militares leva a cabo o imperialismo americano no âmbito do “Defender Pacific”, exercícios de mobilização contra a China com “aliados” que nem sempre são asiáticos. O imperialismo alemão, a quem, segundo o ministério alemão da defesa, compete defender a “liberdade das rotas marítimas e a ordem internacional baseada no direito”, não fica atrás dos imperialismos britânico e francês, já integrados, e despacha a fragata “Bayern” para o Mar da China Meridional.

Segundo o relatório “NATO 2030”, a NATO acha-se num “contexto estratégico que é um desafio”, determinando esse desafio “uma Rússia que se mantém agressiva e o ascenso da China”. A União Europeia vai atrás da NATO. A presidente da Comissão, von der Leyen, exige que a UE aprenda a “linguagem do poder”. A UE injecta, conseqüentemente, os milhares de milhões da UE no respectivo fundo de armamento, assim como em outros “projectos”. Ao centro – questão de infra-estrutura, entenda-se – a Alemanha, “terra de trânsito” na mobilização dos exércitos. Auto-estradas, estradas, pontes e ferrovias apontam, todas, numa só direcção: para leste.

No ano passado, o imperialismo americano afectou 738 mil milhões de dólares (cerca de 603 mil milhões de euros) ao seu orçamento militar. Montante que equivale a quatro vezes os encargos da República Popular da China (193,3 mil milhões de dólares) e a quase doze vezes os da Rússia (60,6 mil milhões de dólares). Uns 40% das despesas mundiais de ar-

mamento – admitindo ser possível delimitá-las – cabem ao imperialismo americano. Os imperialismos europeus lá se vão arrastando atrás apesar dos anúncios e declarações. À cabeça, a Grã-Bretanha, oficialmente com 61,5 mil milhões de dólares, seguida pela França, com 55 mil milhões. Com orientação estratégica comparável, a Alemanha gasta 53 mil milhões de euros, devendo chegar a 90 mil milhões de euros em 2031 — atingindo, assim, a meta de 2% da NATO, com sete anos de atraso. Entre 2015 e 2020, os orçamentos militares alemães aumentaram 33%, os dos países da NATO 15%. A França e a Alemanha acordaram no “Future Combat Air System” (FCAS), no intuito de tornar a União Europeia mais potente e “autónoma”, menos dependente dos EUA. É um reflexo de determinadas contradições. O que está em causa é o tamanho das fatias do bolo global e a sua distribuição, nos campos de batalha presentes e futuros. “Estas contradições em agravamento constante não podem, porém, fazer-nos perder de vista aquilo que é o eixo central da política imperialista: obrigar a China a ceder, por todos os meios. Quando dizemos “todos os meios”, um desses meios é o recurso à guerra”, escrevia o camarada François Forge no nº 21 d’A Internacional. Grave ilusão seria, pois, pensar que o aumento constante dos orçamentos de guerra e da produção de armamentos, que sempre se fazem, na íntegra, em prejuízo das condições de vida da classe operária, não impelisses à sua utilização operacional na forma de guerras de destruição.

Do Indocuche⁽¹⁾ ao Pacífico – e a Rússia, sempre a Rússia

“O Indopacífico é uma prioridade da política externa alemã”, disse o ministro dos negócios estrangeiros do Bloco Central alemão a propósito das “Grandes Orientações do Governo Federal Alemão para o Indopacífico” de 2 de Setembro de 2020. “Os Himalaias e o Estreito de Malaca⁽²⁾ podem parecer muito longínquos. Um dos esteios do nosso bem-estar e da nossa influência geopolítica nas próximas décadas será, porém, precisamente, a forma da nossa cooperação com os países do Indopacífico. Ali se situará o palco principal onde se moldará a ordem internacional de amanhã. (...) Enquanto nação mercante, o nosso bem-estar depende directamente da liberdade de comércio e das rotas marítimas, grande parte das quais passa pelo Indopacífico.” ([auswaertiges-amt.de](https://www.auswaertiges-amt.de)) O ministro da defesa do governo Schröder, também ele um social-democrata, havia já justificado o destacamento do exército alemão para o Afeganistão, em Dezembro de 2002, dizendo que “a segurança da República Federal da Alemanha também se defende no Indocuche”.

Não há guerra que não seja antecedida destas juras pela “liberdade”. No mesmo caso estão, também, as que o imperialismo americano e a NATO actualmente preparam. E não foi diferente quando se fez a invasão da URSS, em 22 de Junho de 1941.

Em 1997, Brzezinski, conselheiro de segurança do presidente Carter e conselheiro de sucessores deste, publicou o livro *The Grand Chessboard* (O Grande Tabuleiro), em que assitava a mira na Eurásia, nomeadamente porque a “Eurásia... (representa) cerca de três quartos das reservas mundiais de energia conhecidas.” (Z. Brzezinski: *The Only World Power*, p. 54 da edição alemã, Franqueforte, 1999) Para Brzezinski, é inquestionável que, no interesse do capital, irá ser preciso trinchar a Rússia, a bem do saque do “mer-

cado livre”, tendo em conta “os vastíssimos recursos minerais do país”. De uma “Rússia que seja uma confederação mais solta — constituída por uma Rússia europeia, uma república siberiana e outra república no extremo oriente” (ibidem, p. 288) — reclama completa integração nas condições de repartição do mundo ditadas pelo imperialismo americano.

O que está e continua em causa é o saque directo dos países da ex-URSS, uma vez cumprido pela burocracia, como “correia de transmissão do imperialismo”, o trabalho de restauração da propriedade privada, enquanto ela própria se transfigurava, ao longo dos últimos trinta anos, de nomenclatura em mafia.

O motor da invasão da União Soviética no dia 22 de Junho de 1941 foi esse mesmo saque directo da URSS, na altura com base nas exigências e planos de monopólios que remontavam aos tempos que antecederam a primeira guerra imperialista.

Intervenções e bloqueios

Antes, durante e depois da primeira guerra imperialista, surgiram, mormente da parte de representantes da indústria pesada alemã, designadamente Krupp, Thyssen, Stinnes e Röchling, “memorandos” que assstavam a mira na Bélgica e na França, especialmente nas minas de carvão e minérios e nas indústrias com elas relacionadas. Aparecia, ainda, constantemente, a exigência de anexação de, pelo menos, a parte “europeia” da Rússia, a fim de salvaguardar a ampliação da base das fontes de matérias-primas, bem como da produção agrícola.

Com a vitória da revolução de Outubro de 1917 e após a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk, em Março de 1918, a Rússia saiu da *Triple Entente* da 1ª guerra imperialista com a Grã-Bretanha e a França. Porém, o tratado de modo algum traria paz à Rússia. Pelo contrário: em Junho de 1918, as potências da *Entente* intervieram na guerra civil russa. Participaram nessa intervenção dezanove países,

sob a direcção do imperialismo britânico, que ocuparam o Báltico, o Cáucaso, partes da Ásia Central e do Extremo-Oriente russos, bem como Arkhangelsk... Rios de dinheiro moveram-se para apoiar os “brancos” contra a jovem Rússia soviética, cuja existência era insuportável para o imperialismo, incompatível com a necessidade de lançar uma ofensiva global contra a revolução da classe operária.

A primeira guerra imperialista travou-se no fito de dividir o mundo inteiro. Exemplo emblemático foi o acordo secreto Sykes-Picot, de divisão dos despojos do Império Otomano, entre a Grã-Bretanha e a França — tornado público pelos bolcheviques em Janeiro de 1918.

A ameaça de guerra contra a União Soviética passou a ser permanente. Em Setembro de 1927, Leão Trotsky escreveu, em “A Situação Real na Rússia” (Programa e Plataforma da Oposição de Esquerda), no capítulo “A nossa situação internacional e o perigo de guerra”: “A guerra dos imperialistas contra a União Soviética não é só provável, é inevitável.” Refere-se ao imperialismo britânico, ao imperialismo francês, pressionado pelo inglês, e ao alemão, pois, não obstante as suas declarações iniciais de neutralidade, “um golpe inesperado da burguesia alemã contra nós poderia revestir-se, para nós, de importância decisiva”, pelo que “só a vigilância dos operários na União Soviética e na Alemanha nos (poderá) preservar de tal golpe”. Os EUA ocupariam “um papel de retaguarda”, tanto mais, “quanto ele consistiria precisamente em financiar essa guerra.” (Escritos de Trotsky; Programa e Plataforma da Oposição de Esquerda, p. 117 da edição alemã, Dortmund, 1976) Com a possibilidade de vitória do fascismo, aquele golpe “inesperado” da burguesia alemã metamorfoseou-se em golpe absolutamente esperado — dependendo, contudo, o seu desfecho da direcção do PSD e da direcção do KPD, da realização da frente única.

● HISTÓRIA

>>>

“O tempo é o factor mais importante em política”

Em 14 de Março de 1933, Leão Trotsky escreveu sobre “A Tragédia do Proletariado Alemão” (“a classe operária alemã reerguer-se-á, o estalinismo nunca mais!”): “O papel criminoso da social-democracia não carece de comentário; o Comintern foi criado, há 14 anos, exactamente no propósito de arrancar o proletariado à influência desmoralizadora da social-democracia. Que não se tenha conseguido fazê-lo, que, ante a sua maior prova histórica, o proletariado alemão tenha ficado impotente, desarmado e paralisado é culpa directa e imediata da direcção do Comintern depois de Lenine. Esta é a primeira conclusão a tirar hoje.” (L. Trotsky: *A Tragédia do Proletariado Alemão*, in ‘Como Vencer o Nacional-Socialismo’, *ibidem*, p. 278). Mais tarde, com novo ziguezague, a “burocracia estalinista [cedeu] a iniciativa à IIª Internacional. Esta conseguiu tomar nas suas mãos a arma da frente única, que tão mortalmente receava.” (*ibidem*, p. 280) e outra vez nova viragem, com anos de atraso: “As condições postas pelo Comintern para uma frente única em todos os países [comitês de acção contra o fascismo, manifestações e greves contra os cortes salariais] nada têm de novo. Muito pelo contrário, representam uma reprodução burocrática, esquemática, das palavras de ordem formuladas pela Oposição de Esquerda, há dois anos e meio com maior precisão e mais concretamente, o que então lhe valera ser atirada para o campo do social-fascismo. A frente única feita nessa base podia ter tido consequências decisivas na Alemanha, mas tinha de ser realizada em tempo útil. O tempo é o factor mais importante em política.

Que valor prático têm as propostas do Comité Executivo da Internacional Comunista nesta altura? Para a Alemanha, quase nenhum. A política de frente única pressupõe a “frente”, portanto posições estáveis e uma direcção centralizada. A Oposição de Esquerda avançou a

seu tempo com as condições para a frente única como condições de defesa activa, com a perspectiva de transição para a ofensiva. Entretanto, o proletariado alemão viu-se atirado para um estado de retirada desordenada, sem sequer travar escaramuças de retaguarda. Em tais circunstâncias, sim, surgirão uniões espontâneas de trabalhadores comunistas e sociais-democratas para tarefas específicas e episódicas; mas a realização sistemática da frente única fica inevitavelmente adiada para um futuro incerto. Não se tenham ilusões a esse respeito.” (*ibidem*, p. 282)

Deixem a União Soviética em Paz!

Já em Novembro de 1931 Leão Trotsky se dera conta de que “A vitória do fascismo na Alemanha acarretaria inevitavelmente uma guerra contra a URSS. (...) Nenhum governo burguês “normal” pode de momento arriscar uma guerra contra a URSS: poderia acarretar complicações internas imprevisíveis. Se, porém, Hitler conseguir chegar ao poder e aniquilar em seguida a vanguarda dos operários alemães e pulverizar e desmoralizar todo o proletariado durante anos, o governo fascista será o único que terá condições para travar uma guerra contra a URSS. (...) Em tal campanha, o regime de Hitler seria mero órgão executivo de todo o capitalismo mundial. (...) O esmagamento do proletariado alemão pelo fascismo seria, só por si, meio caminho andado para o colapso da União Soviética.” (Leão Trotsky: *Há-de o Fascismo Realmente Vencer? A Alemanha, Chave da Situação Internacional*. In: *Escritos sobre a Alemanha*, vol. 1, pp. 157/8 da edição alemã, Franqueforte 1971)

“Deixem a União Soviética em paz!”, foi, deste modo, o título de primeira página escolhido pela Oposição de Esquerda do KPD (Bolchevique-Leninistas – secção da Oposição de Esquerda Internacional) para o n° 5 (1/12/1931). E o n° 1 (do 2° ano, 1/1/1932) dá conta de que “Tal como uma revolução proletária na Alemanha

inaugurará uma nova época para o proletariado revolucionário, o fascismo na Alemanha inaugurará uma nova época de reacção na Europa. (...) Uma vitória do fascismo alemão significa a guerra contra a União Soviética.”

No “Retrato do Nacional-Socialismo” (10/6/1933), Leão Trotsky analisou a base social daquele. “Na atmosfera sobreaquecida pela guerra, pela derrota, pelas reparações, pela inflação, pela ocupação do Ruhr, pela crise, pela penúria e pelo rancor, a pequena burguesia levantou-se contra todos os velhos partidos que a enganaram. As ásperas afrontas aos pequenos proprietários, que não conseguiam escapar à falência, com filhos com estudos, mas sem colocação nem clientela, e com filhas sem dote nem noivo, clamavam pela mão de ferro. A bandeira do nacional-socialismo foi levantada pela camada inferior e intermédia do velho exército.” (Leão Trotsky, *Retrato do Nacional-Socialismo*. In: *Como se Vence o Nacional-Socialismo?* p. 291, Franqueforte, 1971) Adquiriu, por isso, importância central a mobilização dos pequenos burgueses contra a classe operária – onde os nazis “enquanto [actuaram] como partido e não como poder de Estado, quase não conseguiram [en-



Permanente Revolution, órgão dos bolcheviques-leninistas alemães, Dezembro de 1932

trar].” Impotente ante o capital, “a pequena burguesia espera recuperar a sua dignidade social, esmagando as organizações operárias.” (ibidem, p. 293) Nega-se a existência de classes, substituída pela nação. Para “levantá-la acima da história, dá-se-lhe a raça como bengala.” (ibidem, p. 294) De imediato os nazis, com brutais ataques anti-semitas, separaram, numa base racista, o capital bancário do sistema económico “como seu espírito maligno. (...) Do mesmo passo que se dobra ao sistema capitalista, o pequeno-burguês declara guerra ao espírito maligno do lucro, encarnado no judeu polaco que enverga um caftã de abas compridas e não tem muitas vezes um tostão no bolso. O pogrom é a prova da superioridade racial.” (ibidem, p. 296)

“A decapitação do exército vermelho”

A invasão da União Soviética não teve como únicos fundamentos os planos do capital e da direcção nazi, mas também uma série de crimes pavorosos da burocracia debaixo do poder de Staline. “Depois de decapitar o partido e o aparelho soviético, Staline passou à decapitação do exército.” escreveu Leão Trotsky em 17/6/1937 (L. Trotsky: A decapitação do Exército Vermelho. In: Os Crimes de Staline, p. 335. Berlim: 1973). Dá desta decapitação os seguintes apontamentos: “Prenderam-se: Tukhachevsky, acabado de transferir para Samara, Jakir, acabado de transferir para Leninegrado, o comandante da região militar bielorrussa, Uberovich, o chefe da Academia Militar, Kork, o chefe da administração de pessoal do exército, Feldmann, o chefe da Osoaviakhim⁽³⁾, Eidemann, pouco antes o antigo adido militar no Japão e em Inglaterra, Putna, e o general de cavalaria Primakov. Estes oito foram condenados à morte e fuzilados.” (ibidem, p. 342) A conclusão de Trotsky: “Os interesses da defesa nacional foram sacrificados aos interesses de autopreservação da clique governante.”



Ribbentrop, Staline e Molotov assinam o Pacto em 23 de Agosto de 1939

ibidem, p. 347).

Peter Jakir, cujo pai fora chamado a Moscovo, preso e assassinado em 31/5/1937, relata que os familiares dos “traidores à pátria” foram desterrados para Astrakhan e em seguida presos. (cf. P. Jakir: Infância na Prisão, p. 11, Franqueforte, 1972) Resume ele assim a decapitação do Exército Vermelho: “As indicações sobre o número de oficiais abrangidos pelo saneamento variam significativamente. Há fontes que falam de 35 mil, outras de 30 mil ou 20 mil prisões. Foram liquidados três dos cinco marechais, 13 dos 15 comandantes generais, 62 dos 85 comandantes de corpo; 110 de 195 comandantes de divisão; 220 de 406 comandantes brigadeiros” (ibidem, p. 181)

O Pacto de 23 de Agosto de 1939

O Pacto Hitler-Staline foi assinado em 23 de Agosto de 1939 em Moscovo, estabelecendo as “esferas de interesses” aparentemente recíprocos na Europa Oriental. Em 1 de Setembro, seguiu-se a invasão da Polónia. O Exército Vermelho invadiu em 17 de Setembro. Em 28 de Setembro de 1939 é assinado o Tratado de Amizade e sobre as Fronteiras Germano-Soviéticas. A “monstruosa máquina de guerra alemã” põe-se então em movimento para Norte: em 9 de Abril de 1940, a Dinamarca é ocupada, a Noruega controlada a partir de 10

de Junho. Fica, assim, garantido o fornecimento de minérios da Suécia. Segue-se o Oeste: em Maio, os Países Baixos e depois a Bélgica capitulam. Em 14 de Junho de 1940, Paris é ocupada. O cessar-fogo de Compiègne (22 de Junho de 1940) divide a França entre um território ocupado e o “regime de Vichy”.

Em 4 de Dezembro de 1939, Leão Trotsky escreveu: “A Alemanha capitalista, que apareceu mais tarde que os seus vizinhos ocidentais, se bem que tenha a indústria mais desenvolvida e dinâmica do continente europeu, chegou tarde demais para ainda conseguir participar na já completada partilha do mundo. ‘Vamos refazer a divisão do mundo’, proclamaram os imperialistas alemães em 1914. Enganaram-se. A aristocracia do mundo aliou-se contra o imperialismo alemão e derrotou-o. Hoje Hitler tenta repetir a experiência de 1914 a uma escala grandiosa. Não pode deixar de fazê-lo. O capitalismo alemão sufoca nas suas velhas fronteiras. No entanto, Hitler não irá resolver o seu problema. Mesmo que ganhe a guerra, não conseguirá refazer a partilha do mundo em benefício da Alemanha. A Alemanha chegou tarde.” (L. Trotsky: Os astros gémeos Hitler-Staline. In: Escritos de Trotsky, vol. 1.2, p. 1310-11. Hamburgo, 1988)

Os efeitos do Pacto Hitler-Staline sobre os militantes dos par-

>>>

● HISTÓRIA

>>>



Leão Trotsky

tidos comunistas foram devastadores, no interior das próprias prisões e campos. Heinz Brandt descreve como – apesar de discussões violentas – a coesão se desfez. Os estalinistas rasgaram os laços de solidariedade nos cárceres. Depositavam esperanças na amnistia, enquanto Brandt e os seus camaradas partiam do princípio de que não era a amnistia, mas a guerra, que estava à porta. (cf. Heinz Brandt: Um Sonho que Não se Pode Raptar. Munique: 1967)

A Conferência Extraordinária da IVª Internacional declara, no Manifesto de 23 de Maio de 1940: “A aliança de Staline com Hitler, que deu o sinal de partida para a guerra mundial e levou em linha directa à subjugação do povo polaco, nasceu da fraqueza da URSS e do pânico do Kremlin face à Alemanha. A responsabilidade por essa fraqueza cabe a esse mesmo Kremlin e mais ninguém, à sua política interna, que abriu um abismo entre a casta dominante e o povo, à sua política externa, que sacrificou os interesses da revolução mundial aos da clique estalinista.” (Manifesto da IVª Internacional. A Guerra Imperialista e a Reivindicação Mundial da Classe Operária, p. 37. Düsseldorf, 2018).

Já em 13 de Março de 1934 Leão Trotsky, dando por certa a quase inevitabilidade da guerra da Alemanha fascista contra a URSS,

estava convencido de que “*quem quiser e puder estudar os livros de história, compreenderá de imediato uma coisa: que se a revolução russa, que há trinta anos – desde 1905 – experimenta oscilações permanentes, for obrigada a mover a agulha da sua correnteza para o canal de uma guerra, a força que ela desencadeará será imensa e tudo arrastará à sua frente.*” (Leão Trotsky: O Exército Vermelho. In: Escritos de Trotsky, vol. 1.1, p. 536, Hamburgo, 1988)

A invasão e os seus objectivos, definidos pelos monopólios alemães

No dia 22 de Junho de 1941, a Wehrmacht e as SS invadiram a União Soviética com cerca de 3,5 milhões de soldados, um sem número de tanques e uma força aérea enorme. Os planos para a invasão foram preparados desde o verão de 1940 e ultimados na “directiva nº 21, operação Barbarossa”, em 18 de Dezembro de 1940, como instrução de Hitler ao Alto Comando da Wehrmacht, indicando as etapas específicas da invasão. A União Soviética tinha que ser aniquilada pelo terror bárbaro contra a população civil, os cidadãos, escravizados ou votados ao assassínio em massa. A Wehrmacht fascista e as SS tinham o “objectivo” de, só para o ano de 1941, assassinar ou abandonar à morte certa à fome 30 a 50 milhões de cidadãos da União Soviética. Staline desprezara todos os avisos, fossem os de Richard Sorge, do Japão, de Leopold Trepper da Bélgica ou do grupo de H. Schulze-Boysen/Arvid Harnack. Trepper recebeu uma mensagem, a 23 de Junho, em que se lhe comunicava que “o Chefe Supremo admira-se que um homem como o Otto [o nome de código de Trepper, NdR], um velho combatente, um homem dos serviços secretos, se esteja deixando iludir pela propaganda inglesa. Podem-lhe transmitir a convicção firme do Chefe Supremo de que a guerra contra a Alemanha não começará antes de 1944.” (L. Trepper: A Verdade, p. 123, Munique, 1978) A

responsabilidade é de Staline. Trepper escreve ainda: “*Depois de despojar o Exército Vermelho das suas cabeças – o que seria a causa dos primeiros fracassos – o estrategio genial entregou o exército às hordas hitlerianas. Nas primeiras horas da ofensiva alemã, proíbe a resistência (...). Foi preciso o sacrifício de um povo levantado contra o invasor para mudar a sorte das armas.*” (ibidem)

Numa nota classificada como “segredo do Reich”, de 16 de Julho de 1941, relativa a uma reunião entre os chefes fascistas Hitler, Göring, Keitel, Rosenberg e Bornmann (citado de <https://web.archive.org/web/20111106095803/http://docusec.de/text/0289.htm>), diz-se: “*Voltaremos, portanto, a salientar que nos vimos obrigados a ocupar, ordenar e segurar um território; no interesse dos habitantes, tínhamos de assegurar a calma, a alimentação, os transportes, etc.; por isso as regras que instaurámos. Que não se vislumbre, portanto, nisso o sinal de um regime definitivo. Não deixaremos, apesar disso, de tomar todas as medidas necessárias e conseguiremos, apesar disso, tomá-las – fuzilamentos, expulsões, etc. (...) Nós sublinhamos que somos nós quem traz a liberdade. Especificamente: é preciso evacuar da Crimeia todos os estrangeiros e colonizados por alemães. A velha Galícia austríaca volta a ser terra do Reich. (...) O princípio é que o que interessa é fatiar o bolo imenso em porções côngruas, para podermos primeiro dominá-lo, depois administrá-lo e, finalmente, explorá-lo. (...) O Führer realça que todo o Báltico tem de passar a terra do Reich. Assim como a Crimeia, a que há-de somar um território significativo (território a norte da Crimeia), tem de passar a ser terra do Reich; o território adjacente terá de ser o maior possível.*”

O mecanismo para, intencional e sistematicamente, impor a fome a milhões na União Soviética, passaria pela interrupção de todos os fornecimentos agrícolas das regiões meridionais e a sudeste para as

regiões industriais do Norte. Mais, todos os alimentos produzidos começariam por ser veiculados para a *Wehrmacht* fascista na União Soviética, depois para as restantes tropas na Bélgica, em França, etc., a seguir para as tropas no interior da Alemanha, por fim para a população civil alemã. Para a população soviética submetida ao terror, nada sobrava.

No intuito de organizar o saque das matérias-primas, da indústria, a destruir ou confiscar, e a exploração da agricultura, assim como, evidentemente, daqueles de entre os operários e camponeses da União Soviética que não fossem votados à aniquilação ou à expulsão, a Comissão “Rússia” da economia alemã ocupou um lugar central durante o fascismo na elaboração de planos de anexação. Fundada em 1928 sob a batuta da Associação Industrial Alemã do Reich, eram seus membros, nomeadamente, a Siemens, a AEG, a Gutehoffnungshütte a Krupp a Otto Wolf e os principais grandes bancos. Com o 22 de Junho de 1941, o capital e os bancos viram os seus objectivos cumpridos em larga medida. O reordenamento da economia europeia sob a sua direcção parecia estar ao al-

cance da mão.

As vítimas deste “reordenamento” foram 27 milhões de habitantes da União Soviética, operários e soldados, entre eles milhões de prisioneiros de guerra e trabalhadores forçados e grande parte dos seis milhões de judeus assassinados. Todos perderam a vida lutando contra as tropas que o fascismo alemão largara com o objectivo de aniquilar completamente o “bolchevismo judeu” e se apoderar do enorme potencial de extracção de matérias-primas e de produção agrícola, às ordens da “Comissão Rússia da Economia Alemã”. Morreram nos campos de batalha, nos campos de concentração e de trabalho ou como vítimas de “destacamentos” das SS, cuja missão era, com a participação activa da *Wehrmacht* fascista, exterminar qualquer forma de resistência nos territórios ocupados da União Soviética, os funcionários do PCUS e os judeus.

Foram vítimas deste “reordenamento” 22 a 27 milhões de cidadãos da URSS, judeus incluídos, crianças de 10 a 14 anos, adolescentes, jovens adultos, explorados no seu próprio país em regime de trabalho forçado e escravo. Mais de 13 milhões de pes-

soas de 18 países foram obrigados a efectuar trabalho forçado como “trabalhadores estrangeiros”. No final do Verão de 1944, representavam cerca de um quarto dos trabalhadores de toda a economia alemã, principalmente nas indústrias de armamento, siderúrgica, metalúrgica e química, mas também dos ofícios artesanais pequeno-burgueses e da agricultura. Não houve sector industrial para que não fossem destacados sob o regime opressor da vigilância policial e da Gestapo, sujeitos a regime de quartel e a proibição estrita de contactos com a população local – passando pela pena de morte para a mais pequena “infracção”.

As hordas hitlerianas, ao “soltar-se a força imensa que tudo arrasta à sua frente”

É possível reconstituir de maneira concentrada o terror a que o povo da União Soviética foi sujeito no exemplo de Leninegrado entre 8 de Setembro de 1941 e 27 de Janeiro de 1944, sitiada pelas tropas hitlerianas e cortada do abastecimento de víveres. O caso não era o assalto, mas a morte à fome e o extermínio da população da segunda cidade da União Soviética. Estima-se que tenha morrido mais de um milhão de habitantes de Leninegrado.

Em Outubro de 1941, principiou a batalha de Moscovo. No dia 5 de Dezembro de 1941, o Exército Vermelho passou a uma vasta ofensiva, sofrendo o exército de Hitler uma pesada derrota pela primeira vez na IIª guerra imperialista.

No dia 2 de Fevereiro de 1943, o 6º Exército alemão capitula em Stalinegrado. É uma derrota militar do exército hitleriano de alcance histórico. Viria a ser o ponto de viragem da IIª guerra imperialista. Em Julho, o exército hitleriano perde, além disso, a batalha de blindados de Kursk, a maior batalha de tanques de toda a guerra.

No ensaio “Direcção principal de ataque”, que escreveu em Novembro de 1942, Vassili Grossman



Durante o cerco de Leninegrado

● HISTÓRIA

>>>

erigiu um monumento aos defensores de Stalinegrado: “Não há poder na terra que possa fazer recuar os regimentos siberianos. Soldados e comandantes tinham acumulado nas lutas esta grande e dura experiência. A defesa tornou-se tanto mais sólida e perfeita. Toda uma malha de obras de engenharia militar se ergueu à frente dos edifícios industriais – abrigos subterrâneos, corredores, postos de atiradores; a engenharia de defesa foi avançando a partir dos edifícios industriais. Os homens haviam aprendido a fazer, rápida e harmoniosamente, manobras subterrâneas, a concentrarem-se, a dispersarem, a percorrerem corredores para passarem dos edifícios industriais para as trincheiras de tiro e vice-versa conforme o alvo dos golpes da força aérea inimiga, consoante onde surgissem os blindados e a infantaria dos atacantes alemães.

Com a experiência aumentava também a força interior dos homens. A divisão transformava-se num organismo perfeito, magnificamente sincronizado. (...)

O heroísmo passava ao quotidiano, o heroísmo passava a ser o estilo da divisão e dos seus homens, o heroísmo passava a ser o hábito diário. Heroísmo em toda a parte. Heroísmo era o trabalho dos cozinheiros que descascavam batatas debaixo da chuva de fogo dos projecteis térmite. Heroísmo

era o trabalho das jovens enfermeiras, das estudantes de Tobolsk (...). Ligavam os feridos em plena batalha, davam-lhes água a beber. Sim, vistos de fora, todos os gestos quotidianos de todas estas pessoas eram heroísmo.” Grossman escreve ainda: “Os alemães conseguiram penetrar na fábrica, os seus tanques passavam rugindo pelos muros dos edifícios industriais. Tinham rompido as nossas defesas e cortado os postos de combate da divisão e dos regimentos da nossa linha de defesa mais avançada. Parecia que a divisão, sem direcção, perderia a capacidade de resistência, os postos de combate, atingidos pelo impacto directo do inimigo, seriam destruídos, mas aconteceu uma coisa espantosa: cada trincheira, cada abrigo, cada posto de atiradores e as ruínas fortificadas das casas transformaram-se em fortalezas, com chefia própria e comunicações próprias. Sargentos e praças tornaram-se comandantes que repeliram hábil e inteligentemente os ataques.” (V. Grossman, Direcção principal do ataque. In: J. Helbeck: Os Protocolos de Stalinegrado, pp. 244-6, Franqueforte, 2012)

Para Vassili Grossman – e não só para ele – este heroísmo dos soldados, operários, mulheres e jovens soviéticos foi a grandeza mais importante que decidiu a batalha de Stalinegrado e a guerra como um todo.



Tropas nazis em território soviético



Contudo, “a URSS estava devastada; o preço da vitória sobre o fascismo fora esmagador (...). O proletariado soviético e as massas de kolkhozianos estavam exangues; toda uma geração de trabalhadores do campo desaparecera da face da terra: com as vítimas da guerra, os estropiados e inválidos, os prisioneiros de guerra saídos dos campos de Hitler para encher os de Staline, a história cavara um buraco profundo na continuidade das gerações.” (J.-J. Marie: A União Soviética Hoje, p. 63, 26 de Dezembro de 1975, Dortmund, 1976)

Não obstante, a luta heróica, em Stalinegrado, mas não só, mostrou, conforme destacou Pierre Lambert:

“As relações sociais da revolução de Outubro vivem na consciência das massas”

“As relações sociais da revolução de Outubro vivem na consciência das massas”; confesso que, com a insuficiente experiência que eu tinha da luta de classes, esta frase se me afigurava uma memória romântica do passado.



Grupo de partisans na Ucrânia (cerca de 1942)

Porém, camaradas, a experiência demonstra, a experiência mostramos o que hoje significa que ‘as relações sociais da revolução de Outubro vivem na consciência das massas’

Lembro-me como, em 1947, durante um congresso internacional em Paris, um velho camarada russo, Babenko, esteve presente no congresso e participou nas reuniões preparatórias. Babenko não era revolucionário nem trotskista, já não era marxista: Babenko é um homem que, durante a guerra

civil, fora membro do comité central do Partido Comunista da Ucrânia e membro do Conselho dos Comissários do Povo da Ucrânia. Em 1923, tomara posição por Trotsky, em 1927, como muitos outros, capitulou (...)

1941: o Exército Vermelho decapitado por Staline (o papel fatídico de Staline neste aspecto foi condenado e explanado numa série de livros e na imprensa soviética) está em retirada... Os exércitos de Hitler estão às portas de Moscovo... a revolução de

Outubro, o país de Outubro, espezinhado pelos exércitos dos imperialistas nazis... Nesse momento, Staline manda ir aos campos apelar para que os sobreviventes da velha geração, os bolcheviques, os que não tinham capitulado e os que, tendo capitulado, não tinham sido fuzilados: Staline chama-os a defender a pátria socialista, e essa velha geração, embora todos soubessem que Staline voltaria a faltar à sua palavra, agarrou nas espingardas, entrou para o exército e foi ela que, frente a Moscovo, aguentou o mais poderoso, decisivo assalto do tecnicamente sofisticado exército alemão. Todos eles lutaram pelo país de Outubro, pela revolução de 1917. Babenko era ucraniano, também ele entrou para o exército, e, em 1947, declarou-me: ‘Quando os exércitos de Hitler invadiram a Ucrânia, não há dúvida de que não foram recebidos como inimigos, pois a colectivização forçada, que tinha custado centenas de milhar de mortos na Ucrânia, e a opressão nacional exercida pela burocracia soviética eram insuportáveis para centenas de milhar.’ A população da Ucrânia recebeu os exércitos de Hitler sem vivas, sem palavras e sem aplausos... e poucas semanas depois, foi precisamente na Ucrânia que apareceram os primeiros grupos de partisans. Porquê logo na Ucrânia? Porque a invasão da União Soviética tinha por objectivo restaurar a propriedade privada dos meios de produção, e centenas de milhar, não, 200 milhões de pessoas, milhões e milhões de camponeses dos kolkhozes, milhões e milhões de operários tiravam o seu sustento e os seus meios de existência das conquistas de Outubro: a propriedade estatal da indústria e da agricultura kolkhoziana. A restauração da propriedade privada dos meios de produção na Ucrânia implicava a aniquilação física de centenas de milhar de homens, mulheres e jovens, implicava, enfim, o “irradiação” dos ucranianos. Foi por essa razão que os ucranianos pegaram em armas.

‘As relações sociais da revolução de Outubro vivem na cons-



Soldado soviético ergue bandeira vermelha durante a batalha de Stalinegrado

● HISTÓRIA

>>> *ciência das massas': é preciso ter a noção do que isto significa: a consciência das massas é fruto das condições de existência material, e estas são, por sua vez, produzidas pelos próprios homens. A destruição das relações de produção edificadas pela revolução russa equivale à aniquilação física das pessoas, dos operários e dos camponeses dos kolkhozes.*" (Pierre Lambert: *A Actualidade do Pro-*

grama de Transição – Exposição a um Círculo Marxista (Paris, 24/1/1969). In: *Cahiers du marxisme*, pp. 5-7. Paris, 1969) ●

Max Schumacher

(1) O Indocuche é uma cadeia de altas montanhas no Afeganistão e no Paquistão (nota do tradutor).

(2) Estreito de Malaca: corredor marítimo no Sudeste Asiático.

(3) Acrónimo da "Sociedade de Promoção da Defesa, da Aviação e da Química, organização paramilitar de massas da União Soviética.

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assina!

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa

